

isciweb.com.br/revista ISSN: 2446-8436

Instituto Saber de Ciências Integradas

Revista Científica

60ª Edição | Volume 12
Número 5 | maio/2025

ISCI

- **Ciências Agrárias**

- **Educação**

- **Empresarial**

- **Engenharia**

- **Jurídica**

- **MBA Executivo**

- **Saúde**

- **Social**

- **Tecnologia**

MULTIDISCIPLINAR



ISCI Revista Científica

Multidisciplinar

ISSN 2446-8436

Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica

60ª Edição | Volume 12 | Número 5 | maio/2025



Conselho editorial

Prof.^a Me. Luzinete da Silva Mussi (Editora-chefe)

Dr. Léo Ricardo Mussi

Prof. Especialista Lúcio Mussi Júnior

Instituto Saber de Ciências Integradas - Revista Científica. n.5, v.12, Sinop, MT: Instituto Saber de Ciências Integradas, maio, 2025.

Publicação Científica do Instituto Saber de Ciências Integradas - ISCI

Mensal

ISSN 2446-8436

1.Educação, 2.Problemas sociais e serviços sociais, 3.Administração e relações públicas, 4.Medicina e saúde, 5.Direito, 6.Engenharia, 7.Tecnologia.

370
360
650
610
340
620
000

Instituto Saber de Ciências Integradas

– Publicação de artigos científicos através de nossa Revista Científica Digital Multidisciplinar: isciweb.com.br/revista



– Publicação de ebooks das mais variadas linhas editoriais: isciweb.com.br/livros



Direitos Reservados

As responsabilidades pelo conteúdo de cada um dos trabalhos aqui publicados, bem como seus direitos autorais, são dos autores que os assinam.

Proibida a reprodução dos Artigos aqui publicados sem a autorização de seus respectivos autores.

(art. 184 do Código Penal e Lei n 1º 9.610, de fevereiro de 1998)

Sumário

EDITORIAL	9
EDUCAÇÃO	11
- A importância da leitura como ferramenta para melhoria da comunicação (Lúcio Mussi Júnior)	13
- A importância do desenho no processo de alfabetização na primeira etapa da Educação Básica (Thalita Finisguerra Garlizoni Marques Barcellos; Gislaine Cristina Ramos França; Daniela Cristina de Godoy Rangel; Fabiana Santos Paes; Leonardo Antônio de Pádua)	19
- A importância do lúdico para crianças com TEA - Transtorno do Espectro Autista (Felipe Stival Harter; Mariane Vechetin Begnami; Nathaly Servilha Harter)	33
- A Neuropsicopedagogia no contexto do Transtorno do Espectro Autista – TEA (Luzinete da Silva Mussi)	46
- Bases Neurobiológicas do Aprendizado (Luzinete da Silva Mussi)	54
- Conscientização no ambiente escolar como forma de combate ao assédio e violência contra a mulher (Luciano José P. S. da Silva)	61
- Desafios e oportunidades na era da inclusão tecnológica: mídias digitais na educação (Magali Regina Trevirol Antoniolli)	68
- O papel da ludicidade na aprendizagem (Luíze Queterine Kirker)	78
- O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o dia a dia da Educação Infantil (Regiane Priscila Bueno)	85
- Principais desafios na alfabetização: alunos com TEA em sala de aula e na Educação Inclusiva e Síndrome de Dawn (Fernanda de Oliveira Costa Ferareze; Keila Mara da Costa e Silva)	106
- Vantagens da contação de história na Educação Infantil (Sofia Torres Alencar)	117
SAÚDE	123
- Sedentarismo e a importância da atividade física (Aparecida da Silva)	125

EDITORIAL

"A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento." (Platão)

O conhecimento, por si só, não basta. Ele precisa ser compreendido, direcionado e aplicado com propósito. Afinal, de que adianta acumular saberes sem reconhecer sua utilidade? O verdadeiro valor do conhecimento está em como ele pode ser usado para transformar realidades, solucionar desafios e impulsionar o crescimento pessoal e coletivo.

Cada indivíduo tem um papel único na sociedade, e o conhecimento que adquirimos ao longo da vida nos ajuda a desempenhá-lo da melhor maneira possível. Quando reconhecemos como utilizá-lo de forma consciente e construtiva, nos tornamos agentes de mudança e evolução.

É com esse ideal que seguimos firmes na missão da Revista Científica ISCI, oferecendo um espaço para a disseminação do saber e sua aplicação prática. Acreditamos que compartilhar conhecimento é também um ato de responsabilidade, contribuindo para um mundo mais esclarecido e inovador.

Agradecemos a todos os autores, leitores, parceiros e colaboradores que fazem parte desta jornada. Juntos, seguimos transformando conhecimento em impacto positivo.

Prof.^a Ma. Luzinete da Silva Mussi¹
Diretora Editorial da ISCI Revista Científica

¹ Diretora do Instituto Saber de Ciências Integradas. Pedagoga. Licenciada em Educação Física. Psicopedagoga Clínica e Institucional. Especialista em Sociologia e Filosofia e em Gestão Educacional. Mestra em Ciências da Educação. Atua na Área Educacional desde 1976. prof.luzinetemussi@gmail.com

EDUCAÇÃO

**- A importância da leitura como ferramenta para melhoria da comunicação
(Lúcio Mussi Júnior)**

A importância da leitura como ferramenta para melhoria da comunicação

Lúcio Mussi Júnior

DOI: 10.5281/zenodo.15350918

RESUMO

A leitura desempenha papel fundamental na formação do indivíduo, contribuindo significativamente para o aprimoramento da linguagem, do pensamento crítico e da capacidade de se comunicar de forma eficaz. Este artigo propõe uma reflexão sobre a leitura como ferramenta essencial para a melhoria da comunicação, considerando sua relevância no processo de ensino-aprendizagem, no desenvolvimento pessoal e na inserção social. Por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, analisam-se os impactos da leitura sobre a oralidade, a escrita e a compreensão textual. Conclui-se que o estímulo à leitura desde a infância favorece a ampliação do vocabulário, a organização de ideias e o fortalecimento das competências comunicativas, fundamentais para a vida acadêmica, profissional e social.

Palavras-chave: Leitura. Comunicação. Linguagem. Educação. Escrita.

Introdução

A leitura é uma das competências mais importantes desenvolvidas no processo educacional. Ela não apenas proporciona acesso ao conhecimento, mas também contribui para a formação da identidade, da consciência crítica e da capacidade de expressar-se com clareza e coesão. Neste contexto, observa-se que indivíduos que cultivam o hábito da leitura tendem a se comunicar com mais propriedade, domínio de vocabulário e segurança, tanto na oralidade quanto na escrita.

A comunicação eficaz é um pilar essencial em todas as esferas da vida social. Seja no ambiente familiar, escolar, profissional ou comunitário, saber expressar ideias de forma clara e compreensível é condição indispensável para o convívio humano. Diante disso, a leitura surge como meio eficaz para

desenvolver essas habilidades, funcionando como ferramenta de mediação entre pensamento e linguagem.

Este artigo tem como objetivo geral discutir a importância da leitura como ferramenta para a melhoria da comunicação. Especificamente, pretende-se: (i) apresentar a relação entre leitura e desenvolvimento da linguagem; (ii) destacar o papel da leitura na formação do pensamento crítico; e (iii) evidenciar a influência da leitura no aprimoramento da escrita e da oralidade.

Desenvolvimento

A linguagem é o principal instrumento de comunicação humana. Segundo Vygotsky (2001), o desenvolvimento da linguagem está diretamente ligado ao processo de interação social e à internalização de signos culturais, como a leitura. A prática da leitura amplia o repertório linguístico do leitor, possibilitando o domínio de diferentes formas de expressão.

Ao ler, o indivíduo entra em contato com diferentes estruturas gramaticais, estilos de escrita, vocabulários e contextos culturais. Essa diversidade enriquece a capacidade de compreender e produzir discursos mais elaborados. Como afirma Soares (2003), o ato de ler é uma forma de apreender o mundo, pois possibilita a internalização de modelos discursivos que servirão de base para a comunicação futura.

Além disso, a leitura contribui para a ampliação do vocabulário, a percepção das normas gramaticais e o reconhecimento de variações linguísticas. Isso resulta em uma comunicação mais eficaz, uma vez que o indivíduo é capaz de selecionar, com maior propriedade, as palavras e estruturas mais adequadas ao contexto de sua fala ou escrita.

A leitura crítica é fundamental para o exercício da cidadania e para a construção de uma sociedade democrática. Ao desenvolver a capacidade de interpretar e avaliar informações, o leitor torna-se sujeito ativo no processo de construção do conhecimento. Freire (1987) destaca que ler o mundo precede a

leitura da palavra e que a leitura crítica da realidade é essencial para a transformação social.

A leitura, especialmente de textos argumentativos, científicos e filosóficos, promove o desenvolvimento do pensamento analítico e da capacidade de argumentação. Esses aspectos são essenciais para a comunicação, pois permitem que o indivíduo sustente suas ideias com coerência, logicidade e fundamentação teórica.

Portanto, estimular a leitura crítica desde os primeiros anos escolares é um caminho eficaz para a formação de indivíduos conscientes, capazes de compreender e atuar no mundo com responsabilidade e competência comunicativa.

A escrita é uma forma de comunicação complexa que exige domínio linguístico, organização lógica e clareza na exposição de ideias. A leitura regular contribui diretamente para a melhoria da escrita, pois permite ao leitor absorver modelos textuais, estilos de argumentação e formas de coesão e coerência.

Conforme Antunes (2009), quem lê com frequência tende a escrever melhor, porque internaliza estruturas textuais e amplia o repertório temático e lexical. A leitura também ajuda a reconhecer os diferentes gêneros textuais e suas especificidades, facilitando a produção de textos adequados a diferentes finalidades comunicativas.

Na oralidade, os benefícios da leitura se manifestam na fluência verbal, na precisão vocabular e na organização do discurso. Indivíduos leitores tendem a se expressar com mais clareza, utilizando argumentos bem estruturados e linguagem apropriada ao contexto. Em apresentações, entrevistas ou interações cotidianas, a leitura prévia de diferentes textos e autores oferece segurança e competência comunicativa.

A formação de leitores competentes é uma responsabilidade compartilhada entre escola e família. Desde os primeiros anos de vida, o contato com livros e histórias estimula o interesse pela leitura e favorece o desenvolvimento linguístico.

Na escola, a leitura deve ser integrada ao currículo de forma significativa, indo além das atividades mecânicas de decodificação. É necessário promover projetos de leitura, rodas de conversa, clubes do livro e outras ações que envolvam os alunos de maneira lúdica e reflexiva.

A família, por sua vez, pode criar um ambiente favorável à leitura ao disponibilizar livros em casa, ler com os filhos e valorizar o ato de ler. Segundo Abramovich (1997), contar histórias, ler em voz alta e compartilhar experiências literárias fortalecem o vínculo entre adultos e crianças, despertando o prazer pela leitura.

Apesar da reconhecida importância da leitura, muitos desafios persistem na promoção dessa prática. Entre eles estão o desinteresse dos alunos, a escassez de bibliotecas escolares bem estruturadas, a falta de formação dos professores para atuar como mediadores de leitura e o impacto das tecnologias digitais.

No entanto, também há inúmeras possibilidades de incentivo à leitura, inclusive por meio das próprias tecnologias. Plataformas digitais, audiobooks, e-readers e redes sociais literárias são recursos que podem ser utilizados de forma criativa e pedagógica para despertar o interesse dos jovens pela leitura.

Além disso, políticas públicas que garantam o acesso a livros, a ampliação de acervos e a formação continuada de educadores são medidas essenciais para fortalecer a cultura da leitura e, conseqüentemente, melhorar a comunicação da população.

Conclusão

A leitura é uma ferramenta poderosa para a melhoria da comunicação, pois contribui para o desenvolvimento da linguagem, do pensamento crítico, da escrita e da oralidade. Ao ampliar o vocabulário, refinar a argumentação e proporcionar contato com diferentes formas de expressão, a leitura potencializa as competências comunicativas do indivíduo.

É fundamental que a leitura seja valorizada e incentivada desde a infância, com o apoio da família, da escola e da sociedade. Dessa forma, será possível formar cidadãos mais preparados para se comunicar de forma clara, ética e eficaz em todos os contextos da vida.

Referências

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1997.

ANTUNES, Irandé. *Aula de português: encontro e interação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1987.

SOARES, Magda Becker. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

- A importância do desenho no processo de alfabetização na primeira etapa da Educação Básica (Thalita Finisguerra Garlizoni Marques Barcellos; Gislaine Cristina Ramos França; Daniela Cristina de Godoy Rangel; Fabiana Santos Paes; Leonardo Antônio de Pádua)

A importância do desenho no processo de alfabetização na primeira etapa da Educação Básica

Thalita Finisguerra Garlizoni Marques Barcellos²

Gislaine Cristina Ramos França

Daniela Cristina de Godoy Rangel

Fabiana Santos Paes

Leonardo Antônio de Pádua

DOI: 10.5281/zenodo.15558937

RESUMO

O presente trabalho almeja discutir e analisar a importância do desenho na primeira etapa da educação básica. Devido a isso, discute-se no decorrer do mesmo, alguns pontos importantes sobre como o desenho pode auxiliar a criança no processo de aprendizagem, as linguagens diferentes que as crianças utilizam nesse processo, o significado e importância do desenho para a criança no processo de alfabetização. Apresenta também que o desenho nessa etapa contribui de forma significativa não apenas na alfabetização da criança, colabora também no desenvolvimento da mesma em toda vida.

Palavras-chave: Educação básica, desenho, alfabetização.

ABSTRACT

The present work aims to discuss and analyze the importance of drawing in the first stage of basic education. Due to this, it is discussed during the course some important points about how the drawing can help the child in the learning process, the different languages that children use in this process, the meaning and importance of the drawing for the child in the literacy process. It also shows that drawing in this step contributes significantly not only to the child's literacy, but also contributes to the development of it in all life.

Keywords: Basic education, drawing, literacy.

² Graduada em Pedagogia, e-mail: thalitafgassessoria@gmail.com

INTRODUÇÃO

Na vida de qualquer criança, a alfabetização desempenha um papel muito importante, pois, é através dela que a criança se desenvolve socialmente, cognitivamente e suas habilidades, além da construção de conhecimentos, isso através das experiências de vida de cada criança, em casa e na escola.

Durante o processo da alfabetização, cada criança leva com ela na escola as primeiras experiências grafadas no papel em forma de desenho, e é através do desenho que permite cada criança expor seus sentimentos, seus desejos, suas ideias, vontades e anseios.

Pode-se dizer então que, o desenho torna-se uma linguagem significativa, ou seja, ele torna-se um elo entre a criança e a descoberta do mundo.

Existem muitas crianças que possuem o contato com a língua escrita no ambiente em que está inserida. Pode-se enfatizar a observação de cada criança no ambiente familiar sobre os materiais escritos, seja em produtos utilizados em casa, ver alguém escrevendo um bilhete, receitas, listas de compras, convites, entre outros. Diante disso, esse primeiro contato com a escrita e leitura possibilita a percepção de cada criança sobre a comunicação.

A participação e a inserção da criança no mundo letrado, inicia-se através do processo do compreender e adquirir a linguagem escrita dentro da realidade de cada uma. Com isso, através de escritas presentes no cotidiano da criança, a mesma consegue construir significados sobre o que a mesma desenhou.

Assim sendo, este presente artigo tem como objetivo analisar a contribuição do desenho infantil no processo de aprendizagem, portanto, acredita-se que o assunto abordado neste artigo é muito importante para os docentes em sala de aula, pois, é de extrema necessidade conhecer a finalidade do desenho na educação infantil e sua importância e contribuição

para o desenvolvimento da aprendizagem e para se construir o conhecimento da criança.

Dessa forma, frente ao tema abordado, investiga-se sobre a contribuição do desenho infantil para o desenvolvimento da aprendizagem da criança.

O desenvolvimento deste estudo utilizou como metodologia pesquisa bibliográfica, centrando seu foco sobre as contribuições do desenho na educação infantil com base em alguns autores como: Derdyk, Vygostky e entre outros.

Para alcançar as propostas do presente artigo abordará sobre o significado do desenho na educação infantil e a importância do desenho na alfabetização.

Nas considerações finais conclui-se o presente artigo, a partir de uma reflexão sobre o tema abordado, análise das discussões teóricas, e enfim, como o desenho infantil contribui para o desenvolvimento no processo de aprendizagem da criança.

O desenho e seu significado na Educação infantil

Ainda em processo de aprendizagem, tanto no movimento motor quanto na oralidade, a criança utiliza um lápis, ou até um giz escolar, e espontaneamente por meio dos movimentos involuntários das próprias mãos, descobre um mundo ao colocar no papel seus primeiros traços.

Muito mais do que apenas traços, os mesmos revelam-se como algo precioso no universo infantil. Inicialmente, quando a criança começa a manifestar seus primeiros traços no papel, não é uma coisa simples, para a criança é uma forma prazerosa de deixar uma marca registrada “o rastro de uma vareta na areia da praia, o risco do caco de tijolo no muro e na calçada, a marca do giz na lousa, os furinhos feitos com o dedo na massinha, a impressão da mão cheia de tinta no papel, a marca da ponta do dedo no vidro embaçado” (DERDYK, 1993, p.56).

Dessa forma, segundo a autora, é por meio de qualquer local ou por meio de brincadeira, e do lúdico que a criança vai se expressando e deixando sua marca do seu jeito, de acordo com sua história e vivências no ambiente na qual está inserida.

Devagar, começam a aparecer no meio dos riscos dos desenhos da criança, detalhes, os desenhos vão tendo mais significados, pois “é o alvo de representações. Bichos, plantas, carros, prédios, sóis, árvores, gentes. A criança vai formando um repertório gráfico como num grande quebra-cabeça” (DERDYK, 1993 p.100).

Com isso, a criança vai evoluindo na aprendizagem ao colocar no papel, seus saberes com relação suas vivências ao seu redor, por meio das cores dos lápis, das formas e traços, objetos a exploração do papel e entre outros.

Progressivamente a criança vai idealizando o seu próprio desenho, “uma figura que lembra uma música, que ela associa a um ritmo; nascem pontos que lembram o céu e as estrelas, mas que estão embaixo e se transformam em florzinhas que configuram construções quase abstratas. E vai o azul, e vai o amarelo” (DERDYK, 1993 p.100). Assim, nasce o desenho da criança.

Observa-se que ao desenhar a criança traduz e representa sua imaginação através do desenho grafado no papel. É um mundo mágico que a criança vive, ao desenhar, já para os adultos o desenho infantil “é como uma janela aberta para uma “terra incógnita”, um continente perdido, onde moramos há muito tempo, e que é o domínio de seres muito enigmáticos: as crianças. De nosso lugar de adulto, o que vemos por essa janela” (ARFOUILLOUX, 1988, p.128).

Portanto, para entrar nesse mundo mágico do desenho infantil “precisamos primeiramente arranjar um passaporte. Este passaporte seria a nossa própria vivência da linguagem: o ato de desenhar”. (DERDYK, 1993, p.49). De acordo com a autora, é necessário conhecer a criança para poder compreender a sua linguagem grafada no papel, ou seja, seu desenho.

Para obter um olhar sobre a grafia de cada criança no desenho é necessário viver essa linguagem instigante no mundo da mesma. Pois, são

diversos questionamentos que surgem no pensamento sobre o desenho infantil inclusive sobre o significado do mesmo para a criança.

Para responder essa questão, precisa ter em mente que a criança se expressa através do desenho. É nele que a criança se comunica e expõe a seu jeito de ver tudo o que se passa ao seu redor, bem como suas vontades e desejos. *Dessa maneira, a criança quando desenha, ela mostra “parte de si própria: como pensa, como sente e como vê” (LOWENFELD; BRITTAIN, 1977, p.19). De acordo com os autores, a criança em cada desenho registrado, demonstra um pouco como ela é.*

O desenho infantil tem se tornado uma atividade gráfica de extrema importância para a criança, pois, o mesmo tem provocado alegria e encantos, *“alegria, é curiosidade, é afirmação, é negação. Ao desenhar, a criança passa por um longo processo vivencial e existencial” (DERDYK, 1993, p.51). Com base nessa frase da autora, pode-se destacar que o desenho vai além do que se imagina, pois, não há só o desenho grafado no papel, ela se organiza se recria e se inventa.*

“A maneira como organiza as pedras e as folhas ao redor do castelo de areia ou como organiza as panelinhas, os pratos, as colheres na brincadeira da casinha” (MOREIRA, 2009, p.16.) Nesse processo de organizar, recriar e inventar entende que todo desenho é movido pelo desejo da criança manifestar suas expressões.

Com base nesse universo da grafia em movimento no papel de “ir vir, nomear, desenhar, olhar, rabiscar, narrar, colorir, cantar, mexer que faz com que o sujeito recrie, a todo instante, o significado do mundo em que se insere” (LEITE, 2003, p.141). No que diz a autora, cada criança mostra-se através do desenho, pois, a mesma cria novas possibilidades dentro da realidade que vivem.

O desenho para qualquer pessoa se configura como um código difícil de ser decifrado, porém no universo infantil “(...) provavelmente para a criança, naquele instante, qualquer gesto, qualquer rabisco, além de ser uma conduta sensório-motora, vem carregado de conteúdos e de significações simbólicas” (DERDYK, 1993, p.57). O desenho se torna um local com muitas

oportunidades, que se contradiz o mundo real com o mundo imaginário no pensamento infantil. Durante esse processo interno, nascem diversos significados que com o passar do tempo vão se realizando.

Ao observar uma criança desenhando é uma aprendizagem para qualquer pessoa, pois, é a partir do desenho que a criança se desenvolve em todos os sentidos, e, o mesmo tem muito significado para a criança “o seu próprio canal expressivo” (MOREIRA, 2009, p.96).

Acredita-se que o desenho para cada criança possui diversos significados, isso, a partir do momento em que a mesma consiga vivenciar isso, ou seja, explorando seus limites e dificuldades e enfrentando obstáculos e medos. Com isso, através dos traços cada criança deixa marcada sua história, sua infância.

A importância do desenho na alfabetização

Cada criança leva dentro de si suas experiências e marcas através da primeira escrita, ou seja, o desenho. No meio infantil, essa linguagem gráfica se torna encantadora “dotada de prestígio por ser secreta, (...) exerce uma verdadeira fascinação sobre a criança, e isso bem antes dela própria poder traçar os verdadeiros signos” (MÈREDIEU, 2006, p.10).

Sendo assim, segundo o autor, para o desenvolvimento de qualquer criança o desenho é um elemento fundamental, pois permite que a criança utilize sua imaginação, bem como, aprenda as regras e rotinas em seu contexto social, mas principalmente mostra-se como a primeira representação gráfica da criança.

Através de materiais, sejam eles: lápis, papel, giz, lousa, ou qualquer outro, cada criança desde muito pequena, utiliza os mesmos para deixar registros gráficos de suas marcas, traços, ou até mesmo imitar uma escrita. O imitar da criança não é uma cópia, mas sim uma vontade que a mesma tem em grafar sua própria escrita. A imitação, surge não como uma cópia, mas revela o desejo da criança em produzir a sua própria escrita. Esse desejo de

representação, surgem os primeiros registros que são transmitidos os conhecimentos das crianças.

Os desenhos ligados à criatividade expressam o que cada criança pensa, sente, na qual muitas vezes não conseguem falar, ou seja, ela coloca no papel suas ideias, seus sentimentos, curiosidades, etc. Com isso, “experiência gráfica é uma manifestação da totalidade cognitiva e afetiva, quanto mais à criança confia em si, mais ela se arrisca a criar e a se envolver no que faz” (OLIVEIRA, 1994, p.41).

Segundo a reflexão da autora, cada criança usa subjetivamente seus conhecimentos, sentimentos, sendo por meio da exploração das suas próprias possibilidades, a mesma usa o desenho para viver suas próprias experiências. Dessa maneira, o desenho contribui para que a criança consiga se comunicar antes mesmo de aprender escrever de forma convencional.

Sendo assim, podemos dizer que, o desenho se torna um instrumento muito importante contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem da alfabetização da criança. Durante esse trajeto, contempla-se diversas formas de linguagens ao brincar, ao cantar, ao dançar e etc, essas formas “são essenciais para a formação da identidade, da inteligência e da personalidade da criança” (MELLO, 2005, p.24).

Sendo assim, de acordo com a autora, o desenho na infância oportuniza para a criança vivências com diferentes maneiras de linguagens. Com isso, a criança começa a compreender um significado maior e melhor em todos os sentidos, além da contribuição do desenvolvimento da aprendizagem da criança no início da alfabetização na primeira etapa da educação básica.

Observa-se que no processo do desenvolvimento da aprendizagem da criança que “quando pressionada no tempo e pela mecânica que a faz repetir formas sempre iguais, é que a criança rompe com o seu desenho”. Acontece realmente uma quebra, um corte e a criança para de desenhar” (MOREIRA, 2009, p. 70). De acordo com a autora, a partir do momento em que a criança começa a desenvolver sua aprendizagem a mesma abandona o desenho.

O desenvolvimento da aprendizagem é muito importante na vida social de cada criança, “verifica-se quase sempre uma diminuição da produção

gráfica, já que a escrita – matéria considerada mais séria - passa então a ser concorrente do desenho” (MÈREDIEU, 2006, p.11). O autor Mèredieu, menciona sobre a disputa no método de impedir o desenvolvimento do desenho infantil, essa diminuição ocorre devido algumas metodologias no processo de alfabetização da criança. Há casos em que algumas crianças se sentem desestimuladas devido á atividades que se tornam mecânicas durante o processo de alfabetização.

Durante o processo educativo que normalmente a escola propõe alfabetizar exige memorização e repetição das letras, sílabas, sendo assim, percebeu –se que esse método não é muito eficaz, pois, desperta na criança desinteresse em desenvolver alguns processos educativos, além disso, a criança abandona o desenho, pois, esse método já passa a ser desprezado.

Destaca-se que “a perda do desenho, aparentemente vista como uma substituição de um código por outro, revela apenas a maneira como a criança é vista pela escola” (MOREIRA, 2009, p. 72). Segundo a autora, existem escolas que por exigência em alguns contextos sociais, insere antes do tempo, as crianças para serem alfabetizadas. Com isso, o tempo da criança é preenchido com diversas atividades que não são valorizadas, onde a criança não consegue expor suas expressões ou vivências construída com suas experiências cotidianas.

O processo de aprendizagem não deve ser desqualificado, mas sim considerar a importância e as contribuições que o desenho traz no desenvolvimento da criança. Por isso, é dever da escola, dos profissionais da educação, utilizar as diferentes didáticas para que as crianças possam se expressar, a partir do desenho.

Faz-se necessário, observar a necessidade de cada criança, oportunizando as mesmas, atividades lúdicas, para que aos poucos elas possam ser inseridas no processo de alfabetização tão complexo. Sem cobrar e exigir que cumpram algumas regras tradicionais, pois pode gerar um bloqueio quando a criança desenvolve o seu desenho.

Sendo assim, faz necessário a existência de atividades lúdicas presentes nos currículos escolares, e principalmente a intervenção dos

profissionais da educação, nessa fase contribuindo para que a criança comece a expressar nos seu desenhar. *Caso isso não ocorra, o desenho infantil poderá ser substituído a métodos tradicionais, e regras ultrapassadas, devido as crianças ficam mais tempo em salas de aula com atividades repetitivas.*

Pode-se considerar, “(...) desenhar e o brincar deveriam ser estágios preparatórios ao desenvolvimento da linguagem das crianças” (VYGOTSKY, 1984, p.134). Segundo Vygotsky, a criança consegue se expressar por meio do desenho, onde o mesmo pode ser considerado como um elo no processo de alfabetização. Com base nisso, as crianças que iniciam a alfabetização através do desenho se desenvolvem com mais facilidade.

Sendo assim, as escolas, ao reconhecerem que o desenho da criança pode contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem na alfabetização na primeira fase da educação básica “(...) as suas hipóteses e desenvolver a sua capacidade intelectual e projetiva, principalmente, quando existem as possibilidades e condições físicas, emocionais e intelectuais para elaborar estas “teorias” sob formas de atividades expressivas” (DERDYK, 1993, p.54).

Desse modo, observa-se que a criança para começar a ser alfabetizada é muito importante que a mesma possa ter oportunidade de expressar suas opiniões, sentimentos, tirar suas dúvidas sobre o processo de alfabetização, sempre levando em conta suas vivências e conhecimentos fora da escola.

Portanto, o professor se torna responsável em elaborar um local estimulante para a criança, não apenas no processo de alfabetização, mas também na aplicação do desenho na sala de aula. “Segundo a autora Edith Derdyk, observa que a partir do momento que o professor respeita e reconhece a criança” (...) o processo de aquisição linguagem gráfica, retomando as descobertas e frustrações que envolvem o ato de desenhar, revivendo operações mentais e práticas que são exigidas pelo desenho, surgirá uma forma inédita e pessoal de se relacionar com o universo infantil: a partir da experimentação e da investigação que nascem novos significados no encontro entre o adulto e a criança (1993, p. 50)

De acordo com a autora, é nítido o quanto é importante resgatar no momento da infância o desenho da criança, é também que o professor

mergulhe no desenho dos alunos para encontrar caminhos que levem a contribuir para o início da aprendizagem da alfabetização, além de estimular o início da grafia das letras, e na linguagem particular da criança.

O professor deve ter um olhar especial e técnico para o desenho da criança, pois, o mesmo tem um significado importante para cada uma, dependendo da reação da relação desta linguagem gráfica, a criança começa a ter mais coragem para se expressarem criativamente. E caso os professores mostrarem uma insatisfação frente ao desenho da criança, ela pode se sentir desestimulada e frustrada.

Dessa maneira, as contribuições do desenho no processo de alfabetização na primeira etapa da educação básica, certamente necessitam ser mais valorizadas e utilizadas na rede escolar. O desenho infantil carece de ser mais reconhecido para o desenvolvimento cognitivo e motor da criança, não apenas na escola, mas também na vida da criança.

Enfim, todo ser humano sente a necessidade de se expressar, frente a isso, não deve pensar que o desenho na educação infantil é apenas visto como uma forma da criança brincar ou ocupar se tempo, mas também como uma linguagem que contribuirá como base para o desenvolvimento gráfico, e para o início da aprendizagem da alfabetização na primeira etapa da educação básica.

Considerações finais

A intenção do presente artigo foi analisar as contribuições que o desenho traz para a criança na primeira etapa da educação básica no processo de alfabetização. Frente á isso, verificou-se o quanto é importante deixar com que a criança manifeste seus sentimentos por meio do desenho, pois, o mesmo além de auxiliar no desenvolvimento para a alfabetização, colabora também em todas as áreas da vida humana da criança.

Dessa maneira, pode-se afirmar que o desenho da criança, descrito no decorrer do trabalho, é a uma das atividades em que a criança pode se expressar graficamente para se comunicar, por ser o início do processo de alfabetização. Sendo assim, a partir de estudos apresentados no decorrer do trabalho, conclui-se que o desenho na educação infantil, contribui de forma significativa não apenas no desenvolvimento da aprendizagem da criança, mas também auxilia a criança em todos os sentidos cognitivos e motores.

Durante o desenvolvimento desse presente artigo, pode-se refletir sobre o quanto é importante a utilização do desenho infantil no processo da aprendizagem da criança. Dessa maneira, observa-se que quando a criança participa do processo de alfabetização, reproduz o ato de desenhar. Isso acontece devido à importância que a escola dá ao sistema convencional da aprendizagem.

Sem hierarquizar o desenho e a alfabetização, o presente trabalho pretende mencionar que estas duas linguagens, por serem tão diferentes, se completam e são importantes para a alfabetização da criança. Assim, entende-se que a alfabetização da criança, origina-se não apenas por uma só linguagem, mas sim da ligação das diferentes maneiras com que a criança se expressa.

Sendo assim, não pode-se dizer que na vida da criança apenas um momento é importante, a alfabetização, sem destacar o papel do professor nesse trajeto.

Durante esse aprendizado, o professor se torna uma peça fundamental no momento que desenvolve as atividades, pois, deve se explorar os conhecimentos das linguagens diferentes prévias das crianças, além de valorizar os desenhos que as mesmas reproduzem partir de uma atividade proposta.

Frente a essa exposição, se torna necessário refletir perante alguns profissionais na área da educação, que dizem que o desenho infantil não tem valor como atividade. No decorrer do trabalho, ressalta-se que o desenho que a criança produz, realmente não deve ser aplicado como apenas uma atividade

de passatempo demitido de significados, mas sim como uma linguagem particular da criança.

Pois, vimos que o mesmo faz parte do desenvolvimento cognitivos e motores, sendo de extrema importância saber que é por meio do desenho, que a criança expressa seus sentimentos, sua criatividade, suas comunicações, e forma de pensamento.

Conclui-se por fim, que é fundamental que todas as escolas promovam o processo de alfabetização juntamente com os conhecimentos prévios das crianças, dentro do contexto social e cultural de cada uma, respeitando as individualidades, as brincadeiras e principalmente o tempo e jeito de aprender de cada uma. É por meio desse olhar que, valoriza o desenho da criança, e conseqüentemente, o mesmo contribui no processo de alfabetização em cada uma.

Referências

*ARFOUILLOUX, Jean Claude. **A entrevista com a criança: a abordagem da criança através do diálogo, do brinquedo e do desenho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.*

*DERDYK, Edith. **O desenho da figura humana.** São Paulo: Scipione, 1993.*

*LOWENFELD, Viktor; BRITTAIN, W. Lambert. **Desenvolvimento da capacidade criadora.** São Paulo, Editora Mestre Jou, 1977.*

*MÈREDIEU, Florence. **O desenho infantil.** 11ª ed. São Paulo: Cultrix, 2006.*

*MOREIRA, Angélica Albano. **O espaço do desenho: a educação do educador.***

13ª ed. São Paulo: Editora Loyola, 2009.

OLIVEIRA, Vera Barros de; BOSSA, Nádía (orgs.) **Avaliação Psicopedagógica da criança de zero a seis anos.** Petrópolis: Rio de Janeiro, 1994.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins, 1984.

- A importância do lúdico para crianças com TEA - Transtorno do Espectro Autista (Felipe Stival Harter; Mariane Vechetin Begnami; Nathaly Servilha Harter)

A importância do lúdico para crianças com TEA - Transtorno do Espectro Autista

Felipe Stival Harter

Mariane Vechetin Begnami

Nathaly Servilha Harter

DOI: 10.5281/zenodo.15593996

RESUMO

O TEA afeta as capacidades de adaptação, comunicação, interação social e aprendizado daqueles que o possuem, dificultando a aprendizagem dessas crianças em escolas regulares. Sendo assim, o objetivo desse trabalho é analisar a importância do uso de métodos lúdicos em sala de aula para crianças com autismo. Para isso realizou-se uma revisão de literatura em uma base eletrônica de dados. Como as brincadeiras fazem parte da infância elas podem auxiliar no desenvolvimento integral das crianças, pois através delas os professores podem passar os conteúdos de uma maneira mais leve e dinâmica. Além disso, as atividades lúdicas permitem que alunos com TEA sejam acolhidos nos grupos sociais, uma vez que nesses momentos essas crianças conseguem formar vínculos com as demais. Essas atividades também desenvolvem a atenção, memória, percepção, sensação e expressão de sentimentos dos indivíduos.

Palavras chave: Transtorno do Espectro Autista. Atividades Lúdicas. Métodos de Ensino.

ABSTRACT

ASD affects the adaptation, communication, social interaction, and learning abilities of those who have it, making it difficult for these children to learn in regular schools. Therefore, the objective of this work is to analyze the importance of using playful methods in the classroom for children with autism. To this end, a literature review was conducted in an electronic database. Since play is part of childhood, it can aid in the holistic development of children, as through it teachers can convey content in a lighter and more dynamic way. Moreover, playful activities allow students with ASD to be welcomed into social groups, as during these moments, these children are able to form bonds with others. These activities also develop the attention, memory, perception, sensation, and expression of feelings of individuals.

Keywords- Autism Spectrum Disorder. Playful Activities. Teaching Methods.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento que afeta as capacidades de adaptação, comunicação, interação social e aprendizado, por essa razão as crianças com TEA que frequentam as escolas regulares costumam ficar isoladas das demais. Dessa forma é preciso encontrar meios para que essas crianças se desenvolvam de acordo com suas capacidades.

Esse trabalho busca então responder de que modo os professores podem trabalhar em sala de aula com crianças com TEA. Espera-se então encontrar soluções para essa questão, como comunicações alternativas, jogos e brincadeiras, pois são métodos mais leves e divertidos de ensinar e acolher os alunos na sala de aula, bem como inserir o aluno com TEA nas atividades e incentivá-lo a criar laços com os seus colegas.

O objetivo deste trabalho é analisar a importância do uso de métodos lúdicos em sala de aula para crianças com autismo. E tem como objetivos específicos:

- 1) Descrever o TEA e o que são atividades lúdicas;
- 2) Analisar os benefícios das atividades lúdicas para crianças com TEA.

Para atingir os objetivos, realizou-se uma revisão de literatura, buscando artigos, trabalhos acadêmicos e livros na base de dados do Google Acadêmico a fim de conhecer melhor sobre o tema. Esse trabalho é de extrema importância para a comunidade escolar e para os familiares de crianças com TEA, pois pode ser um norte para que eles consigam atender melhor essas crianças e acolhê-las nos mais diversos ambientes.

O artigo está dividido em três tópicos principais, no primeiro há uma descrição sobre o TEA e no segundo uma descrição sobre o que é o lúdico e seus benefícios, já no terceiro tópico há uma análise de como as atividades lúdicas podem beneficiar crianças autistas. Por fim, o artigo se encerra com algumas considerações sobre o conteúdo abordado.

Desenvolvimento

Transtorno do Espectro Autista

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento que impacta de maneira múltipla e variável a vida daqueles que o possuem, sendo notado antes dos três anos de idade. Esse distúrbio afeta diversas áreas, tais como a capacidade de adaptação, a comunicação, a interação social e o aprendizado (REZENDE, 2021). Esse distúrbio foi descrito pela primeira vez em 1943 pelo médico Leo Kanner, que relatou o caso de 11 crianças que não demonstravam interesse nas outras pessoas e em possuir algum contato social, além disso, essas crianças também apresentavam resistência a mudanças, insistiam em realizar as mesmas atividades, apresentavam estereotípias motoras, não conseguiam dar boas entonações em suas falas, apresentavam linguagem com eco e confundiam pronomes (VOLKMAR; WESNER, 2019).

A Associação Americana de Psiquiatria (APA) lançou, no dia 18 de março de 2022, o DSM-5-TR (REVISADO), uma versão atualizada e revisada do DSM-5, de 2013.

Níveis de suporte e gravidade para o TEA:

Nível de suporte 1: Em geral, são pessoas que lidam com dificuldades para manter e seguir normas sociais, apresentam comportamentos inflexíveis e dificuldade de interação social desde a infância, mas isso não afeta suas interações; também apresenta dificuldades de organização e planejamento; o indivíduo precisa de pouco auxílio. Mesmo que tenham um nível maior de autonomia para algumas tarefas, vale lembrar que o autista de suporte 1 não é

“menos” autista do que uma pessoa de suporte 2 ou 3 e continua precisando de terapias e acompanhamento profissional.

Nível de suporte 2 : Em geral, apresentam comportamento social atípico, rigidez cognitiva, dificuldades de lidar com mudanças e hiperfoco (interesse intenso por determinados objetos, pessoas ou temas- hiperfoco). O indivíduo apresenta transtornos de comunicação social, verbal e não verbal; deficiências na linguagem e restrições nas interações, comportamentos, organização e planejamento. Necessitando assim de auxílio em quase todas as tarefas do dia a dia.

Nível de suporte 3: indivíduo apresenta graves déficits nas habilidades de comunicação verbal e não verbal, nas interações sociais e cognitivas, e apresenta tendência ao isolamento, além de comportamentos inflexíveis, restritos e repetitivos como bater o corpo contra uma superfície ou girar. Necessitando assim de auxílio em quase todas as tarefas do dia a dia.

O Nível de suporte não resume a pessoa autista, porque o espectro se manifesta em cada indivíduo de forma diferente.

Não existe nenhum medicamento específico para curar os principais sintomas do TEA, porém podem ser utilizados medicamentos que estabilizam o humor, anticonvulsivantes, antipsicóticos, antidepressivos e outros que amenizem determinados sintomas (BRITO; VASCONCELLOS, 2016).

O ideal é que a intervenção em crianças com TEA seja realizada de maneira precoce, com foco na autonomia e independência; comunicação não verbal; aspectos sociais; flexibilização das atividades repetitivas e nas habilidades cognitivas e acadêmicas (MELLO, 2007).

Escolas regulares costumam ter atendimento especializado para essas crianças, individualizando o tratamento para cada uma e tornando a aprendizagem mais específica e eficiente. As intervenções psicoterapêuticas procuram induzir um equilíbrio no desenvolvimento e na educação, ensinando noções básicas de autoconhecimento, a tolerar frustrações; a facilitar o contato social e auxiliá-los a aceitar suas características e utilizar suas potencialidades.

Sendo assim, é importante levar em consideração as particularidades intelectuais de cada criança para uma terapia mais adequada (LOPES, 2020).

O lúdico

A palavra lúdico vem do latim “*ludus*” que quer dizer “jogo”, porém seu significado vai além do jogar, ele inclui os brinquedos e o divertimento, elementos que dão oportunidades para que o indivíduo aprenda (SALOMÃO; MARTINI; JORDÃO, 2007). Dessa forma, as atividades lúdicas podem ser definidas como qualquer ação ou atividade que tem o objetivo de produzir prazer e divertimento a quem o pratica no momento da sua execução (LIMA, 2013).

É brincando e jogando que a criança revela seu estado cognitivo, visual, auditivo, tátil, motor e seu modo de aprender, entrando em uma relação cognitiva com o mundo de eventos, pessoas, coisas e símbolos. Através da brincadeira, a criança reproduz discursos externos e os internaliza, de forma que construa seu próprio pensamento (DALLABONA; MENDES, 2004).

A brincadeira é uma atividade social humana típica da infância, que supõe contextos sociais e culturais onde a criança recria a realidade através de sistemas simbólicos próprios (LIMA, 2013). Através das atividades lúdicas a criança reproduz várias situações do seu cotidiano e pela imaginação as reelabora, combinando experiências passadas e novas possibilidades de interpretação e reprodução do real, levando em consideração suas afeições, necessidades, desejos e paixões (DALLABONA; MENDES, 2004). A ludicidade é uma necessidade do ser humano em todas as idades e não deve ser vista apenas como diversão, ela facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colaborando para a saúde mental e física (SALOMÃO; MARTINI; JORDÃO, 2007).

Vygotsky (1984, p 97) diz que

... a brincadeira cria para as crianças uma “zona de desenvolvimento proximal” que não é outra coisa senão a distância entre o nível atual

de desenvolvimento, determinado pela capacidade de resolver independentemente um problema, e o nível atual de desenvolvimento potencial, determinado através da resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou com a colaboração de um companheiro mais capaz.

Sendo assim, as atividades lúdicas contribuem para o desenvolvimento integral da criança, auxiliando nas áreas da inteligência, afetividade, motricidade e sociabilidade (NEGRINE, 1994). Brincando a criança abre espaço para pensar, avança no raciocínio, desenvolve os pensamentos, estabelecem contatos sociais, compreendem o meio, satisfazem seus desejos, desenvolvem habilidades, conhecimentos e criatividade. Por meio das interações que as brincadeiras e os jogos oportunizam, as crianças superam o egocentrismo, desenvolvem a solidariedade e a empatia, e, no compartilhamento de jogos e brinquedos, introduzem novos sentidos para a posse e o consumo (DALLABONA; MENDES, 2004).

Vygotsky (1983, p 105) diz que: “A brincadeira é uma das formas mais elevadas de atividade da criança, pois nela a criança se encontra no limite entre o real e o imaginário, podendo desenvolver várias competências cognitivas e sociais.”

Benefícios do lúdico para crianças com TEA

O lúdico cada vez mais tem sido incluído nas escolas com o objetivo de realizar atividades em sala de aula de maneira mais dinâmica e divertida, pois essa metodologia tem a capacidade de promover a aprendizagem, instigar a curiosidade e motivar a construção do conhecimento através de jogos e brincadeiras (NASCIMENTO; BORGES, 2020). Além disso, o lúdico também é eficaz para inserir os alunos nas atividades, pois a brincadeira está dentro da criança e é a forma como ela busca descobrir o que está em sua volta (BISPO, 2020).

Sendo assim, o lúdico pode ser um meio para se trabalhar com crianças com TEA, pois ao desenvolver os aspectos cognitivos e de aprendizagem pode auxiliar a promover as capacidades de atenção, memória, percepção,

sensação e demais aspectos relacionados à aprendizagem (LUZ, 2022). Brincando, a criança com TEA expressa seu entendimento do mundo, e, por não ter nada a reprimindo, libera todos seus sentimentos ao manipular os objetos (SILVA et al., 2019).

A principal vantagem do uso de jogos para crianças com TEA diz respeito a oportunidade que esses momentos oferecem para que essas crianças interajam com seus colegas, pois muitas vezes elas são excluídas dos ambientes sociais quando não conseguem se adequar às regras e aos comportamentos exigidos pela sociedade (SILVA et al., 2019). Porém, para que esse resultado seja atingido é importante que o professor faça as devidas intervenções para que a criança com TEA realmente interaja com seus colegas e com o ambiente, buscando apoio de um facilitador quando necessário (NASCIMENTO; BORGES, 2020). Dessa forma, as atividades lúdicas favorecem a formação de vínculos afetivos com colegas e familiares, pois estabelecem e aprofundam essas relações, tornando-as mais naturais, aumentando sua cognição e aperfeiçoando sua expressão de sentimentos (LUZ, 2022).

É importante que ao inserir atividades lúdicas na rotina das crianças com TEA momentos que estimulem a criatividade e o imaginário sejam inseridos, assim essas crianças podem despertar o interesse nas atividades diárias e a usufruir dos benefícios proporcionados pela vivência das experiências que os jogos e brincadeiras trazem (BISPO; RODRIGUES; SANTOS, 2021). No entanto, é importante destacar que a ludicidade só existe quando o processo envolve a criança de maneira natural (LUZ, 2022). Além disso, é importante que os jogos e brincadeiras sejam apresentados para elas utilizando treinamento visual, pois assim permite o desenvolvimento da comunicação por meio de imagens, amplia seu repertório comunicativo, aumentar seu engajamento nas atividades e no entendimento daquilo que precisa realizar e diminui comportamentos destrutivos (NASCIMENTO; BORGES, 2020).

Vale ressaltar, que quando se trata de crianças com TEA esse processo não é fácil, ele pode ser longo e frustrante para os pais, familiares e educadores, o que gera um baixo investimento por parte deles no brincar uma

vez que acabam desacreditando da importância e da viabilidade desse método para o desenvolvimento da criança. Também é importante destacar que essas atividades devem ser utilizadas como alternativas complementares ao desenvolvimento da memória, atenção, percepção e linguagem da criança com TEA, não sendo consideradas um tratamento. O tratamento deve ser feito junto de profissionais qualificados, como psicólogos e educadores especiais (NASS et al., 2019).

A Ludicidade como Ferramenta Terapêutica

O uso de brincadeiras terapêuticas tem sido amplamente reconhecido como uma ferramenta essencial no tratamento de crianças com TEA.

- Silva e Andrade (2012) explicam que: "A ludoterapia oferece um espaço onde as crianças com TEA podem expressar sentimentos e pensamentos que ainda não conseguem verbalizar. Ela é uma forma de comunicação alternativa, eficaz e adaptada" (Silva & Andrade, 2012, p. 88).
- Flores (2015) sugere que: "A ludicidade, quando integrada ao tratamento terapêutico, facilita a interação da criança com o ambiente e oferece oportunidades para desenvolver habilidades sociais e emocionais em um contexto seguro e acolhedor" (Flores, 2015, p. 103).

Importância das Estratégias de Intervenção Lúdica

Para que a ludicidade seja realmente eficaz no desenvolvimento de crianças com TEA, ela precisa ser bem planejada e adaptada às necessidades da criança.

- Schwartzman (2001) observa que: "A adaptação das atividades lúdicas às características individuais de cada criança com TEA é um aspecto

fundamental para o sucesso do processo terapêutico" (Schwartzman, 2001, p. 212).

- Gagnon (2008) argumenta que:
-
- "Incorporar interesses específicos e preferências das crianças com TEA nas atividades lúdicas pode aumentar significativamente a motivação e o engajamento nas intervenções" (Gagnon, 2008, p. 156)

Desafios e Limitações

Apesar dos benefícios da ludicidade, existem desafios no processo de adaptação das atividades para crianças com TEA. Cada criança tem um perfil único e, portanto, a ludicidade deve ser abordada de forma personalizada.

A resistência a mudanças, tanto de situações como de ambientes e até mesmo de pessoas (equipe) em algumas situações aparecem também as dificuldades de comunicação, a falta de uma equipe interdisciplinar, de ambientes adequados e a necessidade de apoio constante podem ser barreiras significativas.

Em muitos casos a falta de acesso a outras terapias, como terapias integrativas e complementares, terapias como ABA análise do comportamento, fonoaudiologia, terapia ocupacional, cognitivo-comportamentais as quais auxiliam muito no desenvolvimento tanto cognitivo, motor e social das crianças com TEA e além disso a formação adequada de profissionais que trabalham nos ambientes educacionais e também dos educadores é fundamental para garantir que as atividades lúdicas sejam realizadas de maneira eficaz e que atendam às necessidades de cada criança, tanto na adaptação quanto na aplicabilidade desta atividade.

Conclusão

As metodologias lúdicas representam um caminho efetivo para o ensino e inclusão de crianças com TEA. Ao transformar o aprendizado em algo prazeroso, acessível e respeitoso com as singularidades de cada criança, promovemos não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também a autoestima, autonomia e socialização. O lúdico, nesse contexto, deixa de ser apenas um recurso complementar e passa a ser uma estratégia pedagógica central.

Com esse trabalho pode-se notar que as brincadeiras são uma parte importante da infância e as atividades lúdicas auxiliam no desenvolvimento das áreas cognitivas e socioemocionais, da inteligência, afetividade, motricidade e sociabilidade. Além disso, essas atividades não podem ser utilizadas apenas como um instrumento de diversão, uma vez que elas facilitam a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos indivíduos.

Crianças com TEA apresentam muitas vezes dificuldade em interagirem com as demais e se adequarem às regras e comportamentos que a sociedade exige, por essa razão de uma forma errônea e não inclusiva alguns educadores as deixam por ficarem isoladas em ambientes sociais até mesmo na sala de aula. Esse isolamento afeta o desenvolvimento dessas crianças, por isso momentos lúdicos durante as aulas permitem que as crianças criem vínculos com seus professores e colegas, tornando a interação social mais fácil. Além disso, as atividades lúdicas desenvolvem as capacidades de atenção, memória, percepção, sensação e expressão dos sentimentos.

Referências

APA. American Psychiatric Association. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** <https://pebmed.com.br/american-psychiatric-association-apa-publica-atualizacao-do-dsm-5/>

BISPO, M. L. S. F. Brincadeiras como ferramentas de aprendizagem. **Anais do XIV Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade” – Educação, Sociedade e Práticas Educativas**, set., 2020.

BISPO, M. L. S. F.; RODRIGUES, O. P. S.; SANTOS, S. S. O lúdico na aprendizagem do aluno autista na Educação Infantil. **Anais do 10º Simpósio Internacional de Educação e Comunicação**, mar., 2021.

BRITO, A. R.; VASCONCELOS, M. M. Conversando sobre autismo – reconhecimento precoce e possibilidades terapêuticas. *In*: CAMINHA, V. L. P. S.; HUGUENIN, J. Y.; ASSIS, L. M.; ALVES, P. P. (org.). **Autismo: vivências e caminhos**. São Paulo: Blucher, 2016. p. 23-32.

DALLABONA, S. R.; MENDES, S. M. S. O lúdico na Educação Infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de Divulgação Técnico-Científica do ICPG**, v. 1, n. 4, p. 107-112, jan./mar., 2004.

DONGO-MONTOYA, A. O. **Pensamento e linguagem: Vygotsky, Wallon, Chomsky e Piaget [online]**. São Paulo: Editora UNESP, 2021,

LIMA, B. A. S. **O brincar na Educação Infantil: o lúdico como estratégia educativa**. 2013. 76 f. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

LOPES, D. D. **TEA: manejos e intervenções**. 47 slides. 2020. Apresentação em Power- point.

LUZ, R. M. **O lúdico no processo de desenvolvimento educacional da criança com autismo**. 2022. 29 f. Artigo (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Pará, Castanhal, 2022.

MELLO, A. M. S. R. **Autismo: guia prático**. 7ª ed. São Paulo: AMA, 2007. 104 p.

NASCIMENTO, A. L.; BORGES, F. V. A. O lúdico como fator estimulante para o desenvolvimento dos alunos com espectro autista nos anos iniciais. **Coleção de Artigos Científicos do UNIFAFIBE**, dez., 2020.

NASS, I. R.; ROSA, I. L.; ROCHA, K. D.; WECKER, L.; GASTALDO, L. P.; CARLESSO, J. P. P. A caixa de Max: atividades lúdicas para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). **Research, Society and Development**, v. 8, n. 1, 2019.

NEGRINE, A. **Aprendizagem e desenvolvimento infantil**. Porto Alegre: Propil, 1994.

REZENDE, L. F. **O trabalho pedagógico e a inclusão escolar para crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA)**. 2021. 20 f. – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Rio Verde, 2021.

SALOMÃO, H. A. S.; MARTINI, M.; JORDÃO, A. P. M. A importância do lúdico na Educação Infantil: enfocando a brincadeira e as situações de ensino não direcionado. **Psicologia.com.pt**, 2007.

SILVA, M. D.; et al. O lúdico dos jogos e das brincadeiras no ensino inclusivo de crianças com transtorno do espectro autista (TEA): uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 4, 2019.

VOLKMAR, F. R.; WIESNER, L. A. **Autismo** – Guia essencial para compreensão e tratamento. Porto Alegre: Artmed, 2019. 356 p.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

**- A Neuropsicopedagogia no contexto do Transtorno do Espectro Autista
– TEA (Luzinete da Silva Mussi)**

A Neuropsicopedagogia no contexto do Transtorno do Espectro Autista – TEA

Luzinete da Silva Mussi

DOI: 10.5281/zenodo.15379641

RESUMO

Este artigo tem como objetivo explorar a atuação da Neuropsicopedagogia no contexto do Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando as contribuições dessa abordagem para a avaliação e intervenção pedagógica em crianças com TEA. A Neuropsicopedagogia, ao integrar conhecimento das áreas neuropsicológica, pedagógica e psicológica, proporciona um entendimento abrangente das dificuldades cognitivas, comportamentais e emocionais que caracterizam o TEA. A revisão de literatura aborda os aspectos neuropsicológicos do transtorno, as metodologias de avaliação específicas para o TEA e as estratégias de intervenção que visam promover o desenvolvimento das habilidades sociais, cognitivas e acadêmicas dessas crianças. Como resultados, destaca-se a importância de um plano de intervenção individualizado e a necessidade de uma atuação interdisciplinar para otimizar o aprendizado e a adaptação social dos indivíduos com TEA. Conclui-se que a Neuropsicopedagogia oferece ferramentas eficazes para a promoção da inclusão e do desenvolvimento integral de crianças no espectro autista.

Palavras-chave: Neuropsicopedagogia. Transtorno do Espectro Autista. Intervenção. Avaliação. Inclusão.

Introdução

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio do desenvolvimento neurológico caracterizado por dificuldades nas áreas de comunicação, interação social e comportamentos repetitivos. A prevalência do TEA tem aumentado nas últimas décadas, o que destaca a importância de abordagens adequadas para apoiar o desenvolvimento de indivíduos no espectro. A Neuropsicopedagogia enquanto área de interseção entre a neuropsicologia e a pedagogia emerge como uma disciplina fundamental para

compreender e intervir nas dificuldades cognitivas e comportamentais desses indivíduos.

A Neuropsicopedagogia se destaca por sua abordagem integrada, que visa identificar as dificuldades cognitivas e emocionais dos indivíduos e oferecer estratégias pedagógicas personalizadas. No contexto do TEA essa abordagem pode ser crucial, uma vez que o transtorno afeta diversas áreas do desenvolvimento, exigindo intervenções específicas para promover a aprendizagem e a adaptação social. Além disso, a atuação neuropedagógica pode facilitar a inclusão escolar e social dessas crianças, ajudando a superar barreiras cognitivas e comportamentais.

Este artigo visa explorar como a Neuropsicopedagogia pode ser aplicada no diagnóstico avaliação e intervenção com crianças diagnosticadas com TEA, oferecendo uma visão abrangente sobre as práticas pedagógicas e as abordagens terapêuticas mais eficazes. A pesquisa em domo objetivo compreender os benefícios da integração de estratégias neuropsicopedagógicas no atendimento a esses indivíduos, buscando-evidenciar o impacto positivo de uma intervenção individualizada e interdisciplinar no desenvolvimento acadêmico e social

Desenvolvimento

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba uma gama de manifestações clínicas que afetam o comportamento, a comunicação e a interação social dos indivíduos, com início na primeira infância e persistência ao longo da vida. A literatura científica destaca que o TEA é um transtorno neurobiológico com bases genéticas e neurobiológicas complexas, que se manifesta de maneira única em cada indivíduo, as dificuldades de comunicação e interação social, que são características centrais do TEA, podem ser acompanhadas de padrões restritos e repetitivos de comportamento o que torna essencial o uso de abordagens interdisciplinares para intervenção (American Psychiatric Association, 2013).

A Neuropsicopedagogia, como campo interdisciplinar combina os conhecimentos da Neuropsicologia, Psicologia e Pedagogia para promover uma compreensão mais ampla das dificuldades de aprendizagem e dos processos cognitivos subjacentes, no contexto do TEA, ela desempenha um papel crucial ao permitir uma avaliação holística do indivíduo, considerando não apenas os aspectos acadêmicos, mas também as dimensões emocionais e comportamentais (Gonçalves e Pereira, 2015). Ao integrar essas diferentes perspectivas, a Neuropsicopedagogia oferece intervenções personalizadas que visam não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o social e o emocional, aspectos essenciais para a inclusão de crianças com TEA.

Vários estudos têm mostrado a eficácia de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades específicas dos indivíduos com TEA. A intervenção neuropsicopedagógica adaptadas às necessidades específicas dos indivíduos com TEA. A intervenção Neuropsicopedagógica pode incluir o uso de atividades que favorecem a comunicação, o controle da impulsividade e a regulação emocional, buscando a melhora do desempenho acadêmico e a socialização (Silva et al.,2018).

No entanto, apesar do reconhecimento do papel da Neuropsicopedagogia, ainda existem desafios na implementação de intervenções eficazes e na formação de profissionais capacitados para lidar com as especificidades do TEA. A colaboração entre diferentes profissionais, como psicólogos, pedagogo e terapeutas ocupacionais é fundamental para o sucesso dessas intervenções, e o planejamento individualizado é um ponto central para promover resultados positivos.

A análise dos estudos evidencia a importância da Neuropsicopedagogia na intervenção com crianças diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). As evidências sugerem que a abordagem neuropsicopedagógica oferece um caminho eficaz para promover o desenvolvimento acadêmico, social e emocional dessas crianças, ao integrar estratégias pedagógicas com uma compreensão detalhada dos aspectos neuropsicológicos do transtorno.

Primeiramente, é possível observar que a Neuropsicopedagogia contribui significativamente para a avaliação detalhada do perfil cognitivo e

comportamental das crianças com TEA. A partir da análise de suas dificuldades de aprendizagem e comportamentais, os profissionais conseguem identificar áreas específicas que precisam de intervenção como a comunicação, o controle emocional e a flexibilidade cognitiva. A utilização de testes neuropsicológicos, como o WISC-IV (Escala de inteligência Wechsler para crianças), e de instrumentos pedagógicos adaptados permite um diagnóstico mais preciso e direcionado, essencial para a elaboração de planos de intervenção personalizados (Gonçalves e Pereira, 2015).

Além disso os estudos revelam que as intervenções neuropsicopedagógicas, quando aplicadas de forma sistemática e individualizada, apresentam resultados positivos significativos no desenvolvimento das habilidades sociais e cognitivas das crianças com TEA. Técnicas como o uso de jogos terapêuticos, atividades de estimulação cognitiva e estratégias de comunicação alternativa têm se mostrado eficazes na melhoria da interação social e no aumento da capacidade de aprendizagem. O trabalho em conjunto com terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos também tem sido destacado como fundamental, já que a intervenção multidisciplinar amplia as possibilidades de sucesso (Silva et al.2018).

Outro aspecto importante discutido na literatura é a relação entre neuroplasticidade e TEA. A Neuropsicopedagogia, ao promover intervenções precoces e intensivas pode contribuir para a ativação de circuitos neurais que favoreçam o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais. Estudos sobre neuroplasticidade indicam que, com a estimulação adequada, o cérebro de indivíduos com TEA pode desenvolver novas conexões e compensar deficiências em áreas afetadas pelo transtorno (Baron-Cohen,2009). Isso reforça a importância de um trabalho neuropsicopedagógico que, além de tratar as dificuldades imediatas, também busque promover mudanças duradouras no funcionamento cerebral.

Porém, a implementação efetiva de estratégias neuropsicopedagógicas ainda enfrenta desafios significativos, como a escassez de profissionais capacitados e a falta de recursos nas instituições educacionais. Além disso, a resistência de algumas escolas em adotar metodologias inclusivas e

personalizadas pode ser um obstáculo para o sucesso das intervenções. A formação contínua de profissionais e o fortalecimento da colaboração interdisciplinar são, portanto, aspectos fundamentais para garantir a eficácia da neuropsicopedagogia no contexto do TEA.

Conclusão

A Neuropsicopedagogia, como campo interdisciplinar que integra a neuropsicologia e a pedagogia, tem se mostrado uma abordagem valiosa no suporte ao desenvolvimento de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A análise da literatura disponível revelou que a combinação de estratégias pedagógicas e técnicas de avaliação neuropsicológicas permite intervenções mais eficazes, adequadas às necessidades específicas de cada indivíduo no espectro. O estudo confirmou a importância de uma avaliação detalhada, que leva em conta as particularidades cognitivas, emocionais e comportamentais do indivíduo, e a necessidade de intervenção individualizadas e multidisciplinares.

Os resultados indicam que, quando aplicada de maneira integrada, a Neuropsicopedagogia promove melhoras significativas no desenvolvimento acadêmico, social e emocional das crianças com TEA. As intervenções, que incluem atividades de estimulação cognitivas, técnicas de comunicação alternativa e apoio comportamental, favorecem o aumento da autonomia e da capacidade de interação social desses indivíduos. Além disso a utilização de práticas que estimulam a neuroplasticidade pode contribuir para o aprimoramento das funções cognitivas e sociais ao longo do tempo.

Entretanto ainda existem desafios significativos para a implementação eficaz da Neuropsicopedagogia nas escolas e em outros ambientes de apoio. A falta de formação especializada de profissionais e a resistência à adoção de métodos inclusivos nas instituições de ensino, representam obstáculos que precisam ser superados. A colaboração interdisciplinas, a capacitação contínua

dos profissionais e o investimento em recursos educativos adaptados são essenciais para garantir o sucesso das intervenções.

Por fim, este estudo aponta para a necessidade de mais pesquisas empíricas que avaliem de maneira quantitativa a eficácia das intervenções neuropsicopedagógicas com crianças com TEA, a fim de aprimorar as estratégias existentes e fornecer uma base sólida para futuras práticas pedagógicas. A Neuropsicopedagogia se apresenta como um campo promissor para promover a inclusão e o desenvolvimento integral das crianças com Transtorno do Espectro Autista, mas a superação dos desafios estruturais e profissionais é fundamental para a ampliação de seus benefícios.

Referências

American Psychiatric Association. Manual diagnóstico e estatístico de doenças: DSM-5.5. ed. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2013.

BARON-COEN, SIMOM. O espectro do autismo: teoria e pesquisa Oxford Imprensa Universitária, 2009.

GONÇALVES, M. M.; PEREIRA, L. F. Neuropsicopedagogia: Teorias e práticas educacionais. 2. Ed. São Paulo: Editora Pedagógica, 2015.

SILVA, R.R.; LIMA, S. M.; COSTA, L.A. Intervenções neuropsicopedagógicas no TEA: Uma análise das práticas pedagógicas inclusivas. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, n. 3, p. 241-255, 2018.

MOREIRA, A. R.; ALMEIDA, M. E. Neuropsicopedagogia e a inclusão escolar: Uma abordagem prática. São Paulo: Editora Educacional, 2017.

MARCOS, P.; PEREIRA, M. L. Autismo e intervenção precoce: O papel da neuropsicopedagogia. Revista de Psicologia da Educação, v. 32, n. 2. 120-134, 2020.

- Bases Neurobiológicas do Aprendizado (Luzinete da Silva Mussi)

Bases Neurobiológicas do Aprendizado

Luzinete da Silva Mussi

DOI: 10.5281/zenodo.15381134

RESUMO

O aprendizado é um processo neurobiológico complexo que envolve a recepção, organização, armazenamento e recuperação de informações. Estruturas cerebrais como o hipocampo, córtex pré-frontal e amígdala exercem papel essencial nesse mecanismo, juntamente com processos como a atenção, a memória, as emoções e a plasticidade cerebral. Este artigo visa compreender como as bases neurobiológicas contribuem para o processo de aprendizagem, aproximando os conhecimentos da neurociência das práticas pedagógicas. Com base em autores como Luria, LeDoux, Kolb, Damásio, Moraes e Freitas, a discussão aborda a interação entre cérebro e ambiente e destaca o papel da emoção, motivação e experiências significativas na consolidação do aprendizado.

Palavras-chave: Neurociência. Aprendizagem. Plasticidade cerebral. Memória. Emoção.

Introdução

O processo de aprendizagem é um fenômeno multifacetado que vai além da simples aquisição de informações. Aprender significa estabelecer conexões neurais duradouras, capazes de modificar o comportamento, o pensamento e a forma como o indivíduo se relaciona com o mundo. O avanço das neurociências tem fornecido importantes explicações sobre os mecanismos cerebrais que sustentam esse processo, possibilitando uma ponte entre a biologia e a educação (Freitas, 2011).

A neurociência aplicada à educação permite compreender como o cérebro reage aos estímulos pedagógicos, influenciando diretamente o desenvolvimento cognitivo. De acordo com Moraes (2012), a educação não

pode mais se desvincular dos conhecimentos sobre o funcionamento cerebral, sob pena de permanecer em métodos desatualizados e pouco eficazes.

Este artigo se propõe a explorar as principais bases neurobiológicas do aprendizado, contribuindo para uma prática pedagógica mais fundamentada e eficaz. A partir da análise das funções do cérebro, das emoções, da atenção e da memória, busca-se construir um olhar interdisciplinar entre neurociência e educação.

Estruturas cerebrais envolvidas no aprendizado

O cérebro humano é dividido em diversas áreas especializadas, cuja interação possibilita o processamento da aprendizagem. O córtex pré-frontal, localizado na parte anterior do cérebro, é fundamental para a tomada de decisões, planejamento, autocontrole e atenção executiva. Já o hipocampo é essencial para a formação de memórias de longo prazo, enquanto a amígdala tem papel importante na codificação de experiências emocionais (LeDoux, 2000).

Para Luria (1981), as funções mentais superiores são formadas por sistemas funcionais compostos por diferentes regiões cerebrais que atuam em conjunto. Assim, a aprendizagem não é restrita a um único centro cerebral, mas resulta da interação entre múltiplas áreas, como o sistema límbico, o córtex cerebral e o cerebelo.

Autores como Kolb e Whishaw (2002) ressaltam que o cérebro funciona como uma rede dinâmica de processamento, sendo constantemente reorganizado por meio de experiências. O contato com ambientes enriquecedores estimula novas conexões sinápticas, o que favorece a aprendizagem e o desenvolvimento cognitivo.

Neuroplasticidade e o potencial de aprendizagem

A plasticidade cerebral é uma das descobertas mais relevantes da neurociência moderna. Refere-se à capacidade do cérebro de modificar sua estrutura e funcionamento em resposta a estímulos internos e externos. Essa adaptação contínua permite que o indivíduo aprenda, se recupere de lesões e desenvolva novas habilidades ao longo da vida (Kolb & Whishaw, 2002).

Em contexto educacional, a neuroplasticidade reforça a importância de experiências pedagógicas ricas, motivadoras e variadas. A exposição a diferentes estímulos favorece a criação de novas conexões sinápticas, especialmente em períodos críticos do desenvolvimento, como a infância.

Segundo Moraes (2012), ao entender que o cérebro é moldável, o educador passa a assumir um papel mais ativo na formação das redes neurais dos alunos. Isso implica valorizar estratégias que respeitem o tempo de aprendizagem de cada estudante e que estimulem a resolução de problemas, a criatividade e a autorregulação.

Atenção, emoção e memória como pilares do aprendizado

A atenção é a porta de entrada para a aprendizagem. Sem ela, as informações não são devidamente processadas ou armazenadas. Goleman (2013) afirma que:

A atenção direcionada é um dos principais preditores do sucesso acadêmico e profissional. Em sala de aula, manter o foco dos alunos requer estímulos variados, contextos significativos e vínculos afetivos consistentes.

As emoções, por sua vez, desempenham um papel modulador na aprendizagem. Quando uma experiência tem carga emocional, ela tende a ser mais facilmente lembrada. LeDoux (2000) argumenta que a amígdala cerebral atua como um filtro emocional que determina quais informações serão retidas com mais força. Por isso, o ambiente escolar deve promover segurança, acolhimento e relações positivas.

Damásio (1996) reforça que:

A emoção não é oposta à razão, mas sua aliada. Ele afirma que as emoções guiam a tomada de decisões e o comportamento, o que influencia diretamente o aprendizado. Em outras palavras, aprender é um processo que envolve o corpo, o cérebro e os afetos de maneira integrada.

A memória, por fim, é o resultado da codificação, armazenamento e recuperação de informações. Existem diferentes tipos de memória (sensorial, de curto e longo prazo), todas influenciadas por fatores como repetição, associação e contexto emocional. A aprendizagem significativa ocorre quando há conexão entre novos conteúdos e conhecimentos prévios já armazenados na memória de longo prazo.

Neurociência e prática pedagógica: aproximações necessárias

A contribuição da neurociência para a educação não está em prescrever métodos rígidos, mas em oferecer subsídios que fundamentem práticas mais eficazes e coerentes com o desenvolvimento cerebral. Para Freitas (2011), é fundamental que o educador compreenda as particularidades do cérebro infantil e adolescente, evitando exigências incompatíveis com as etapas do desenvolvimento.

A integração entre emoção, cognição e motivação aponta para a necessidade de ambientes de aprendizagem mais acolhedores, colaborativos e desafiadores. A partir da neurociência, compreende-se que cada estudante aprende de forma singular, com ritmos, estilos e necessidades próprias.

Além disso, os conhecimentos neurocientíficos contribuem para práticas inclusivas, favorecendo a identificação precoce de dificuldades de aprendizagem e a elaboração de intervenções pedagógicas individualizadas. Ao conhecer como o cérebro aprende, o educador amplia sua capacidade de ensinar.

Considerações finais

As bases neurobiológicas do aprendizado demonstram que aprender não é apenas um ato mecânico, mas um processo integral que envolve estruturas cerebrais, emoções, atenção e experiências significativas. A compreensão desses fundamentos permite que educadores atuem de maneira mais sensível, embasada e eficaz.

A neurociência, ao dialogar com a educação, amplia as possibilidades de intervenção pedagógica, reforçando a importância de um ensino que considere a complexidade do cérebro humano e a singularidade de cada aprendiz. Dessa forma, investir em formação continuada que aborde temas como neuroplasticidade, emoção e cognição é essencial para transformar práticas educacionais e promover uma aprendizagem de qualidade.

Referências

DAMÁSIO, A. R. *O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FREITAS, M. C. de. *Neurociência e aprendizagem*. Campinas: Papirus, 2011.

GOLEMAN, D. *Foco: a atenção e seu papel fundamental para o sucesso*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

KOLB, B.; WHISHAW, I. Q. *Fundamentos da Neuropsicologia Humana*. 5th ed. New York: Worth Publishers, 2002.

LEDOUX, J. *O cérebro emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

LURIA, A. R. *O funcionamento do cérebro humano*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

MORAES, M. A. *Neurociência na sala de aula*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

- Conscientização no ambiente escolar como forma de combate ao assédio e violência contra a mulher (Luciano José P. S. da Silva)

Conscientização no ambiente escolar como forma de combate ao assédio e violência contra a mulher

Luciano José P. S. da Silva

RESUMO

A violência contra a mulher é um fenômeno histórico e estrutural, que se manifesta em diferentes contextos sociais, inclusive no ambiente escolar. Este artigo analisa a importância da conscientização no espaço educativo como estratégia de enfrentamento ao assédio e à violência de gênero. Por meio de pesquisa bibliográfica e análise qualitativa, discute-se como a escola pode se constituir em um espaço de reflexão, prevenção e transformação de comportamentos e mentalidades machistas e sexistas. A proposta defende a necessidade de práticas pedagógicas baseadas em valores de igualdade, respeito e direitos humanos, enfatizando a importância da formação continuada de professores, da inclusão de temáticas de gênero no currículo e da atuação conjunta entre escola, família e comunidade. Conclui-se que a educação crítica e transformadora é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e segura para todas as mulheres.

Palavras-chave: Violência de gênero. Assédio. Escola. Educação para a igualdade. Direitos das mulheres.

Introdução

A violência contra a mulher constitui um grave problema social e uma violação dos direitos humanos, cujas raízes estão profundamente ligadas à cultura patriarcal e às desigualdades de gênero historicamente construídas. Em suas múltiplas formas — física, psicológica, sexual, moral e patrimonial —, essa violência atravessa todos os espaços da vida em sociedade, inclusive os ambientes escolares.

A escola, como espaço privilegiado de socialização e formação de valores, tem papel fundamental na construção de uma cultura de paz, respeito e igualdade. Através da educação, é possível questionar estereótipos de

gênero, promover o empoderamento feminino e desenvolver atitudes críticas diante de práticas discriminatórias e violentas.

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da conscientização no ambiente escolar como estratégia de combate ao assédio e à violência contra a mulher. Propõe-se discutir o papel da educação na prevenção da violência de gênero, refletindo sobre as possibilidades pedagógicas e institucionais para a promoção da equidade e do respeito mútuo entre meninas e meninos.

Fundamentação teórica: gênero, violência e educação

A compreensão da violência contra a mulher exige uma análise interdisciplinar que considere os aspectos culturais, históricos e sociais que legitimam e perpetuam a desigualdade de gênero. De acordo com Scott (1995), o gênero é uma construção social que organiza as relações de poder entre homens e mulheres, produzindo normas, papéis e expectativas distintas.

A violência de gênero, segundo Saffioti (2004), é resultado das assimetrias de poder que estruturam as relações entre os sexos. Ela se manifesta de formas diversas, que vão desde a discriminação simbólica até a agressão física e o feminicídio. Nesse sentido, o combate à violência contra a mulher requer ações que enfrentem as raízes culturais do problema.

A escola, como instituição formadora, deve ser vista não apenas como reprodutora de saberes, mas como agente de transformação social. Para Freire (1996), a educação é prática da liberdade, na medida em que propicia a reflexão crítica da realidade e a construção de uma consciência emancipadora.

A violência contra a mulher e o contexto escolar

A presença de comportamentos discriminatórios e violentos no ambiente escolar é uma realidade preocupante. Assédio, bullying de cunho sexista,

piadas machistas, silenciamento de meninas e exclusão de conteúdos sobre igualdade de gênero são formas de violência simbólica e institucional que ocorrem frequentemente nas escolas.

A naturalização dessas práticas contribui para a perpetuação da desigualdade de gênero e impede que meninas se desenvolvam plenamente. Conforme os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022), meninas em idade escolar são frequentemente vítimas de assédio, abuso sexual e violência psicológica, tanto por colegas quanto por adultos.

O silêncio institucional, a ausência de protocolos e a falta de formação dos educadores para lidar com essas situações agravam o problema. Torna-se, portanto, imperativo que a escola assuma o compromisso de enfrentar a violência de gênero com ações preventivas, educativas e acolhedoras.

A conscientização como estratégia de prevenção

Conscientizar é tornar consciente. No contexto escolar, isso significa criar oportunidades para que alunos e alunas reflitam criticamente sobre as relações de gênero, os direitos das mulheres e as formas de violência que as afetam. A conscientização é uma estratégia educativa fundamental para prevenir o assédio e a violência.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê o desenvolvimento de competências socioemocionais e a formação ética dos estudantes. A inclusão da temática de gênero nos projetos pedagógicos está em sintonia com esse objetivo e deve ser tratada de forma transversal, contínua e sistemática.

Práticas como debates, rodas de conversa, leitura de obras literárias com protagonismo feminino, análise de filmes, oficinas temáticas e campanhas de sensibilização são instrumentos pedagógicos que podem ser utilizados para promover a conscientização.

A formação de professores e a gestão escolar comprometida

A formação continuada de professores é um dos pilares da conscientização escolar. Muitos educadores e educadoras ainda têm dificuldade em abordar temas de gênero em sala de aula, seja por falta de preparo, seja por medo de resistência por parte de pais e da comunidade.

Segundo Louro (1997), a formação docente deve incluir uma abordagem crítica das relações de gênero, desnaturalizando as desigualdades e promovendo a inclusão de saberes feministas e antidiscriminatórios no fazer pedagógico.

A gestão escolar também desempenha papel decisivo na construção de um ambiente seguro e igualitário. A elaboração de políticas institucionais de enfrentamento à violência de gênero, a criação de comissões de apoio e escuta, e o estabelecimento de canais de denúncia são medidas que fortalecem a atuação da escola na proteção dos direitos das meninas e mulheres.

O papel da comunidade escolar na promoção da igualdade de gênero

A conscientização não é tarefa exclusiva dos professores. Ela exige o engajamento de toda a comunidade escolar: direção, coordenação, funcionários, estudantes e familiares. A escola deve atuar como um espaço democrático e inclusivo, que promova a participação de todos na construção de uma cultura de paz.

Projetos interdisciplinares, encontros com famílias, parcerias com instituições de defesa dos direitos das mulheres e campanhas de sensibilização podem contribuir para criar uma rede de apoio à prevenção da violência.

Além disso, é essencial ouvir as estudantes. Dar voz às meninas, valorizar suas experiências e reconhecer seus direitos são passos fundamentais para que se sintam protegidas e empoderadas. A escuta ativa e o

acolhimento são práticas educativas que fortalecem os vínculos e promovem a confiança na instituição escolar.

A escola como agente de transformação social

A educação tem poder transformador. Quando orientada por princípios de equidade, justiça social e respeito às diferenças, ela contribui para a desconstrução de valores patriarcais e a construção de novas formas de convivência baseadas no respeito e na dignidade humana.

A escola pode e deve atuar como espaço de resistência à cultura da violência e do silenciamento. Por meio da conscientização, do diálogo e da educação para os direitos humanos, é possível formar novas gerações mais sensíveis, justas e comprometidas com a construção de uma sociedade sem violência contra a mulher.

Considerações finais

A violência contra a mulher é um problema estrutural que requer ações articuladas em todas as esferas da sociedade. A escola, como espaço privilegiado de formação, tem o dever de promover a conscientização sobre o tema e contribuir para a superação das desigualdades de gênero.

Este artigo defende a importância da inclusão de temáticas de gênero nos currículos escolares, da formação continuada dos educadores, da criação de políticas institucionais de enfrentamento à violência e da participação ativa de toda a comunidade escolar.

Conscientizar é prevenir. E prevenir é proteger. A escola tem um papel essencial nesse processo, podendo contribuir significativamente para o combate ao assédio e à violência contra a mulher, por meio da construção de uma educação emancipadora, crítica e transformadora.

Referências

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Ministério da Educação, 2017.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>. Acesso em: 02 maio 2025.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

- Desafios e oportunidades na era da inclusão tecnológica: mídias digitais na educação (Magali Regina Trevirol Antonioli)

Desafios e oportunidades na era da inclusão tecnológica: mídias digitais na educação

Magali Regina Trevirol Antonioli³

DOI: [10.5281/zenodo.16790375](https://doi.org/10.5281/zenodo.16790375)

RESUMO

Este artigo analisa a transformação da educação por meio da integração de mídias digitais ao currículo escolar e universitário, destacando seu impacto nas práticas pedagógicas e na democratização do acesso ao conhecimento. O objetivo é explorar como essas tecnologias, incluindo vídeos, podcasts, blogs e plataformas de e-learning, têm modernizado o ensino, tornando-o mais dinâmico e acessível. A metodologia utilizada baseia-se em uma pesquisa bibliográfica, que fornece uma base teórica para a compreensão do letramento digital e das implicações pedagógicas da adoção dessas ferramentas. O estudo identifica os principais desafios, como a preparação dos educadores e a desigualdade de acesso à tecnologia, ao mesmo tempo que destaca as oportunidades que essas mídias oferecem para preparar os alunos para os desafios do século XXI. Conclui-se que, embora existam obstáculos a serem superados, a integração consciente e planejada das mídias digitais tem o potencial de transformar significativamente o processo educacional, preparando os alunos para um mundo cada vez mais digitalizado.

Palavras-chave: Mídias. Currículo. Letramento Digital. Tecnologia Inclusão.

ABSTRACT

This article analyzes the transformation of education through the integration of digital media into school and university curricula, highlighting its impact on pedagogical practices and the democratization of access to knowledge. The objective is to explore how these technologies, including videos, podcasts, blogs, and e-learning platforms, have modernized teaching, making it more dynamic and accessible. The methodology used is based on a bibliographic research, which provides a theoretical foundation for understanding digital literacy and the pedagogical implications of adopting these tools. The study identifies key challenges, such as teacher preparation and the inequality of access to technology, while also highlighting the opportunities these media offer to prepare students for the challenges of the 21st century. It concludes that, although there are obstacles to overcome, the conscious and planned integration of digital

³ Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela FASIPE. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University. E-mail. magaliantonioli@hotmail.com

media has the potential to significantly transform the educational process, preparing students for an increasingly digitalized world.

Keywords: Media. Curriculum. Digital Literacy. Technology Inclusion.

Introdução

A educação contemporânea está passando por uma transformação significativa, impulsionada pela crescente digitalização das práticas pedagógicas e pela integração de mídias digitais ao currículo escolar e universitário. Esse movimento não apenas moderniza o ensino, mas também democratiza o acesso ao conhecimento, possibilitando que um maior número de alunos, independentemente de sua localização geográfica ou condição social, tenha acesso a uma educação de qualidade. As mídias digitais, como vídeos, podcasts, blogs e plataformas de aprendizado online, têm se tornado elementos essenciais na sala de aula moderna, substituindo ou complementando métodos tradicionais de ensino.

A relevância deste tema se evidencia na necessidade de preparar os alunos para os desafios do século XXI, onde a alfabetização digital e a habilidade de interagir com diferentes tecnologias se tornam indispensáveis. O objetivo é explorar como essas tecnologias, incluindo vídeos, podcasts, blogs e plataformas de e-learning, têm modernizado o ensino, tornando-o mais dinâmico e acessível.

A metodologia utilizada para a construção deste artigo foi a pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é um tipo de pesquisa que se baseia na consulta e análise de materiais já publicados, como livros, artigos acadêmicos, teses, dissertações, relatórios de pesquisa, e outras fontes documentais. O objetivo dessa abordagem é revisar e compreender o conhecimento existente sobre um determinado tema, identificar lacunas no conhecimento, sintetizar informações e desenvolver uma base teórica sólida para uma nova pesquisa ou estudo.

O artigo está estruturado em três partes principais. Na primeira, será discutido o panorama geral da integração de mídias digitais no currículo educacional, destacando como essas tecnologias estão transformando as práticas de ensino. A segunda parte focará nas ferramentas e plataformas digitais que estão sendo aplicadas nas escolas e universidades, analisando sua eficácia e impacto no processo de aprendizagem. Por fim, a terceira parte examinará os desafios e as oportunidades envolvidas na integração das mídias digitais, abordando aspectos cruciais como a capacitação dos educadores, as disparidades no acesso à tecnologia, e o poder transformador dessas ferramentas na preparação de cidadãos aptos para enfrentar as demandas do futuro.

O Impacto das Mídias Digitais no Currículo Educacional

Nos últimos anos, a educação tem passado por uma transformação significativa com a integração de mídias digitais ao currículo escolar e universitário. A crescente digitalização do ensino trouxe novas ferramentas que ampliam as possibilidades pedagógicas, permitindo que professores e alunos acessem e criem conteúdos de maneira mais dinâmica e interativa. Mídias digitais como vídeos, podcasts, blogs, e plataformas de aprendizado online se tornaram elementos essenciais na sala de aula moderna, substituindo ou complementando métodos tradicionais de ensino. Essa transformação não apenas moderniza o ensino, mas também democratiza o acesso ao conhecimento, permitindo que mais alunos possam se beneficiar de uma educação de qualidade, independentemente de sua localização geográfica ou condição social.

No entanto, como Almeida e Valente (2011) afirmam:

O currículo não se restringe à transferência e aplicação do conteúdo prescrito em documentos de referência para repassar ao aluno no contexto da sala de aula. O currículo se desenvolve na reconstrução desse conteúdo prescrito nos processos de representação, atribuição de significado e negociação de sentidos, que ocorrem primeiro no momento em que os professores elaboram o planejamento de suas

disciplinas levando em conta as características concretas do seu contexto de trabalho, as necessidades e potencialidades de seus alunos, suas preferências e seu modo de realizar o trabalho pedagógico (Almeida & Valente, 2011, p. 14-15).

Nesse sentido, a integração das mídias digitais vai além da simples inserção de novas ferramentas, implicando uma ressignificação do currículo que considera as dinâmicas específicas de cada sala de aula e as demandas emergentes dos alunos.

Essa integração de mídias digitais no currículo tem se mostrado crucial para preparar os alunos para os desafios do século XXI. Tecnologias como a realidade aumentada e a realidade virtual, por exemplo, permitem que os alunos vivenciem experiências de aprendizado imersivas, enquanto plataformas de e-learning como Khan Academy e Coursera oferecem acesso a uma vasta gama de cursos e materiais didáticos. Esse panorama inicial revela a vasta gama de possibilidades que as mídias digitais proporcionam para enriquecer o ensino e tornar a aprendizagem mais acessível, inclusiva e envolvente.

2. 1 Ferramentas e plataformas digitais

À medida que exploramos a integração das mídias digitais ao currículo, é essencial entender como essas ferramentas estão sendo aplicadas no ambiente educacional. Toschi (2002) observa que as mídias interativas, como simuladores, jogos educativos, e redes sociais, têm revolucionado a forma como os alunos aprendem, incentivando um aprendizado mais ativo e colaborativo. Essas ferramentas permitem que os alunos não apenas recebam informações passivamente, mas também interajam ativamente com o conteúdo, experimentem conceitos em cenários virtuais e colaborem com colegas em tempo real.

Por exemplo, plataformas como Google Classroom e Microsoft Teams facilitam a comunicação e a colaboração entre alunos e professores, permitindo a criação de um ambiente de aprendizado contínuo, mesmo fora da sala de

aula. Ferramentas de gamificação, como Kahoot e Duolingo, tornam o aprendizado mais divertido e motivador, incentivando os alunos a se engajarem mais profundamente com o material. Além disso, o uso de podcasts e vídeos educativos enriquece o conteúdo das aulas, proporcionando uma compreensão mais completa e diversificada dos temas estudados.

Conforme Xavier (2004) o letramento digital:

Considera a necessidade dos indivíduos de dominarem um conjunto de informações e habilidades mentais que devem ser trabalhadas com urgência pelas instituições de ensino, a fim de capacitar o mais rápido possível os alunos a viverem como verdadeiros cidadãos neste novo milênio cada vez mais cercado por máquinas eletrônicas e digitais (Xavier, 2004, p. 171).

Esse novo letramento implica uma transformação profunda nas práticas tradicionais de leitura e escrita, pois, segundo Xavier (2004) ser letrado digital significa:

Assumir mudanças nos modos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não-verbais, como imagens e desenhos, em comparação às formas de leitura e escrita realizadas no livro, especialmente porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital (Xavier, 2004, p. 171).

Essa passagem destaca a urgência com que as instituições de ensino devem abordar e integrar o letramento digital, reconhecendo as mudanças essenciais na maneira como interagimos com a informação no contexto digital. Isso implica uma mudança significativa nas práticas de leitura e escrita tradicionais, já que ser letrado digital pressupõe

Essa diversidade de ferramentas e plataformas digitais enriquece o currículo e também atende às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos, oferecendo uma abordagem mais personalizada e eficaz ao ensino. No entanto, a implementação dessas tecnologias também apresenta desafios que devem ser considerados para garantir seu sucesso.

2. 2 Desafios e oportunidades da integração de mídias digitais na educação

Embora as mídias digitais ofereçam inúmeras vantagens, sua integração ao currículo educacional não é isenta de desafios. Um dos principais obstáculos é a preparação dos educadores para utilizar essas tecnologias de forma eficaz. Muitos professores ainda se sentem inseguros ou despreparados para incorporar mídias digitais em suas aulas, o que pode limitar o potencial dessas ferramentas. Além disso, a desigualdade no acesso à tecnologia é uma questão preocupante, especialmente em regiões menos desenvolvidas, onde muitos alunos não têm acesso a dispositivos ou conexão à internet de qualidade.

Outro desafio é a resistência à mudança, tanto por parte dos educadores quanto dos alunos. Toschi (2002) destaca que a transição de métodos tradicionais para abordagens digitais pode gerar desconforto e relutância, dificultando a implementação de novas ferramentas. A infraestrutura tecnológica das instituições de ensino também pode representar um obstáculo, uma vez que muitas escolas e universidades ainda não dispõem dos recursos necessários para suportar o uso intensivo de mídias digitais.

No entanto, esses desafios também abrem portas para inúmeras oportunidades. Ao investir na formação contínua de educadores e na melhoria da infraestrutura, as instituições de ensino podem superar essas barreiras e maximizar os benefícios das mídias digitais. Além disso, a integração dessas tecnologias proporciona uma oportunidade singular de preparar os alunos para o futuro, promovendo o desenvolvimento de habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas e colaboração em um ambiente digital.

Segundo Toschi (2002):

Mídia não se confunde com recurso, com equipamento, por mais sofisticado e atual que seja, mas refere-se a meio tecnológico portador de conteúdos e, portanto, de sistemas simbólicos. Por se caracterizar como tecnologia e conteúdos, as mídias adquirem valor formativo, educativo. As mídias são criaturas culturais e criam cultura. Mídias são tecnologias, mas são também meio de divulgação de conteúdos, são, enfim, tecnologias midiáticas (Toschi, 2002, p. 267-268).

Esse valor educativo e cultural das mídias digitais reforça a necessidade de sua integração consciente e planejada no currículo, para que não apenas sejam ferramentas de ensino, mas também veículos de transformação cultural e social.

A integração de mídias digitais ao currículo escolar e universitário representa uma mudança significativa na forma como o conhecimento é transmitido e adquirido. Desde o uso de ferramentas interativas que tornam o aprendizado mais envolvente até a superação dos desafios associados à sua implementação, as mídias digitais estão moldando o futuro da educação. Embora existam obstáculos a serem enfrentados, as oportunidades que essas tecnologias oferecem para melhorar a qualidade do ensino e preparar os alunos para o mundo digital são imensas.

Como Moran (2000) ressalta:

O professor tem esses dois papéis: ajudar na aprendizagem de conteúdos e ser um elo para uma compreensão maior da vida, de modo que encontremos formas de viver que nos realizem e desenvolvam nossas capacidades. Isso não depende da tecnologia, mas da atitude profunda do educador e do educando, de ambos quererem aprender. A tecnologia pode ser útil para integrar tudo que eu observo no mundo no dia-a-dia e para fazer disso objeto de reflexão (Moran, 2000, p. 89).

Esse papel integrador da tecnologia permite uma conexão mais ágil entre o conteúdo acadêmico e o cotidiano dos alunos, facilitando a interação e o desenvolvimento de habilidades essenciais para o século XXI.

Ao continuar investindo na capacitação dos educadores, na acessibilidade tecnológica e na criação de ambientes de aprendizagem inclusivos e colaborativos, as instituições de ensino podem garantir que as mídias digitais se tornem uma parte integrante e eficaz do currículo. Essa transformação não apenas enriquece o processo educacional, mas também prepara os alunos para os desafios e oportunidades de um mundo cada vez mais digitalizado, onde a capacidade de navegar e utilizar essas tecnologias será essencial para o sucesso pessoal e profissional.

Considerações Finais

Os objetivos deste artigo foram plenamente atendidos ao analisar como a integração de mídias digitais ao currículo escolar e universitário tem transformado a educação, modernizando as práticas pedagógicas e ampliando o acesso ao conhecimento. Através de uma revisão bibliográfica detalhada, foi possível identificar as principais ferramentas digitais utilizadas no ensino, como vídeos, podcasts, blogs e plataformas de e-learning, e discutir tanto os desafios quanto as oportunidades que essas tecnologias oferecem.

Conclui-se que, embora existam obstáculos significativos, como a preparação adequada dos educadores e a desigualdade no acesso à tecnologia, a integração consciente e planejada das mídias digitais tem um enorme potencial de impacto positivo. Ao equipar os alunos para os desafios do século XXI, essas ferramentas enriquecem o processo educacional e promovem uma educação que é mais inclusiva, dinâmica e alinhada com as necessidades contemporâneas. A continuidade dessa transformação depende de esforços coordenados para superar os desafios e maximizar as oportunidades que as mídias digitais oferecem.

Referências

Almeida, M. E. B., & Valente, J. A. (2011). Tecnologias e currículo: Trajetórias convergentes ou divergentes? São Paulo, SP: Paulus.

Moran, J. M. (2000). Ensino aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas. In J. M. Moran, M. T. Massetto, & M. A. Behrens (Eds.), Novas tecnologias e mediação pedagógica (14th ed., pp. 85-112). Campinas, SP: Papirus.

Toschi, M. (2002). Linguagens midiáticas em sala de aula. In J. A. Almeida & M. E. B. Valente (Eds.), *Didática e práticas de ensino: Interfaces com diferentes saberes e lugares formativos* (pp. 267-268). Rio de Janeiro, RJ: SEABRA.

Xavier, G. (2004). Letramento digital: Desafios e implicações para a educação no novo milênio. In G. Xavier & M. S. Cunha (Eds.), *Educação e novas tecnologias: Perspectivas contemporâneas* (pp. 170-172). Rio de Janeiro, RJ: Editora UFRJ.

- O papel da ludicidade na aprendizagem (Luíze Queterine Kirker)

O papel da ludicidade na aprendizagem

Luize Queterine Kirker

DOI: 10.5281/zenodo.15426016

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da ludicidade no processo de aprendizagem, destacando como atividades lúdicas contribuem para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social dos estudantes. A ludicidade, enquanto estratégia pedagógica, favorece o envolvimento ativo do aluno, tornando o aprendizado mais significativo e prazeroso. A metodologia utilizada baseia-se em uma revisão bibliográfica de autores como Piaget, Vygotsky e Kishimoto, que abordam o jogo e o brincar como ferramentas essenciais no processo educativo. Os resultados apontam que o uso de práticas lúdicas em sala de aula favorece a motivação, a criatividade e o desenvolvimento integral da criança. Conclui-se que a ludicidade não deve ser vista apenas como recreação, mas como um recurso pedagógico potente para a construção do conhecimento.

Palavras-chave: Ludicidade. Aprendizagem. Educação. Jogos. Desenvolvimento infantil.

Introdução

A ludicidade tem sido reconhecida como uma importante aliada no processo de ensino e aprendizagem, especialmente na Educação Infantil e nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Ao se considerar o brincar como uma forma legítima de expressão, comunicação e construção de conhecimento, compreende-se que o lúdico ultrapassa a função de entretenimento e assume um papel essencial na formação integral da criança.

Segundo Piaget (1971), o jogo é uma atividade fundamental para o desenvolvimento cognitivo, pois permite à criança assimilar a realidade e experimentar situações simbólicas que favorecem a construção de estruturas mentais. O autor destaca que, por meio do brincar, a criança exercita suas

capacidades de representação e internalização, elementos essenciais na aprendizagem.

Vygotsky (1988), por sua vez, enfatiza o caráter social do brincar. Para o autor, o jogo possibilita à criança atuar em um "nível superior" ao seu comportamento habitual, promovendo o desenvolvimento de funções psicológicas superiores. É no contexto lúdico que se dá a interação com o outro, a mediação simbólica e a internalização de regras sociais e cognitivas. Assim, o brincar favorece a zona de desenvolvimento proximal, conceito fundamental na teoria vygotskyana.

Complementando essa perspectiva, Kishimoto (2007) argumenta que o lúdico é uma estratégia pedagógica que contribui significativamente para a aprendizagem significativa, pois envolve a criança em uma relação afetiva com o conhecimento. A autora defende que os jogos e brincadeiras, quando bem planejados e intencionados, são recursos eficazes para desenvolver habilidades cognitivas, motoras e socioemocionais.

Dessa forma, compreender o papel da ludicidade na aprendizagem implica reconhecer que o jogo não é apenas uma forma de passatempo, mas um instrumento metodológico capaz de favorecer a construção do saber de forma prazerosa e significativa. Neste contexto, este artigo propõe refletir sobre a importância do lúdico na prática pedagógica, destacando sua relevância no desenvolvimento integral da criança e sua contribuição para um processo de aprendizagem mais engajado, criativo e efetivo.

Desenvolvimento

A Ludicidade como Ferramenta Pedagógica

A ludicidade, quando utilizada como estratégia pedagógica, promove uma aprendizagem mais ativa e significativa. Para Oliveira (2000), o lúdico deve ser incorporado à prática docente de forma planejada, considerando os objetivos pedagógicos e o estágio de desenvolvimento das crianças. Os jogos,

as brincadeiras e outras atividades lúdicas proporcionam um ambiente rico em estímulos, favorecendo o envolvimento e a curiosidade dos alunos.

Segundo Kishimoto (2007), o brinquedo é um recurso didático que pode potencializar a aprendizagem ao estimular a criatividade, o raciocínio lógico, a coordenação motora e a cooperação entre os pares. A autora reforça que “brincar é uma atividade indispensável ao desenvolvimento infantil, pois integra aspectos emocionais, sociais e cognitivos em uma única experiência”.

A Contribuição de Piaget: Jogo e Desenvolvimento Cognitivo

Para Piaget (1971), o brincar está diretamente relacionado ao desenvolvimento da inteligência. O autor descreve três tipos principais de jogos: o jogo de exercício (predominante na fase sensório-motora), o jogo simbólico (na fase pré-operatória) e o jogo de regras (na fase operatória concreta). Cada tipo de jogo corresponde a um estágio do desenvolvimento cognitivo, sendo essencial para a construção do pensamento e da lógica.

Além disso, Piaget ressalta que, ao brincar, a criança assimila elementos da realidade e os transforma, o que permite o avanço na organização do pensamento. Nesse processo, o lúdico não é apenas expressão de prazer, mas um mecanismo fundamental para a construção do conhecimento.

Vygotsky e o Brincar como Espaço de Mediação Social

Vygotsky (1988) amplia a compreensão sobre a ludicidade ao evidenciar seu papel na mediação das interações sociais. Em sua perspectiva sociocultural, o brincar é um contexto em que a criança internaliza normas, valores e conhecimentos por meio da interação com os outros. O jogo simbólico, por exemplo, é um espaço onde a criança assume papéis sociais, desenvolvendo funções mentais superiores, como atenção voluntária, memória lógica e controle do comportamento.

Um conceito central na teoria de Vygotsky é a **zona de desenvolvimento proximal (ZDP)**, definida como a distância entre o nível de

desenvolvimento real e o potencial. Segundo o autor, a criança, ao brincar com outras mais experientes ou com o apoio do educador, realiza aprendizagens que não conseguiria sozinha, o que demonstra o poder do lúdico como ferramenta mediadora.

Ludicidade e o Desenvolvimento Integral da Criança

A ludicidade contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo, mas também para o emocional, social e físico da criança. Brincar permite expressar sentimentos, resolver conflitos simbólicos e desenvolver empatia. Para Santos e Cavalcanti (2013), o brincar possibilita a vivência de situações diversas em um ambiente seguro, contribuindo para a formação de uma personalidade equilibrada e segura.

Além disso, o aspecto social do jogo favorece o trabalho em grupo, a cooperação e o respeito às regras, habilidades essenciais para a convivência em sociedade. Conforme destaca Brougère (1998), “o jogo é uma atividade de relação com o mundo, não apenas uma evasão, mas uma forma de compreender e agir sobre a realidade”.

A Prática Pedagógica e a Valorização do Lúdico

Embora amplamente reconhecido na teoria, o uso do lúdico na prática pedagógica ainda encontra desafios. Muitos professores, pressionados por currículos rígidos e avaliações tradicionais, acabam negligenciando o brincar como estratégia educativa. Para integrar efetivamente o lúdico à prática escolar, é necessário planejamento, intencionalidade e formação docente contínua.

Segundo Moyles (2002), o brincar deve ser planejado com objetivos pedagógicos claros, integrando-se ao currículo de forma coerente. Atividades lúdicas bem estruturadas não apenas motivam os alunos, mas também permitem a avaliação contínua de suas habilidades e progressos.

Conclusão

A ludicidade, entendida como parte essencial do processo educativo, representa uma ponte entre o universo infantil e o conhecimento formal. Longe de ser uma atividade meramente recreativa, o brincar assume um papel central no desenvolvimento integral da criança, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e motores. Ao analisar as contribuições teóricas de Piaget, Vygotsky, Kishimoto, entre outros estudiosos da educação, fica evidente que o lúdico não apenas favorece a construção de estruturas mentais, mas também promove interações significativas e experiências que ampliam a aprendizagem.

A prática pedagógica, ao incorporar o lúdico de forma planejada e intencional, enriquece o ambiente escolar, tornando-o mais motivador, acolhedor e propício ao desenvolvimento de competências diversas. No entanto, para que isso se concretize, é fundamental superar a visão tradicional de ensino centrada apenas na transmissão de conteúdos, reconhecendo o brincar como um recurso metodológico legítimo e eficaz.

Portanto, investir em uma abordagem pedagógica que valorize o lúdico é também investir em uma educação mais humana, criativa e significativa. É papel do educador reconhecer o potencial do brincar como um caminho para o conhecimento, transformando a escola em um espaço de descoberta, experimentação e construção ativa do saber.

Referências

BROUGÈRE, Gilles. *Brinquedo e cultura*. São Paulo: Cortez, 1998.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira, 2007.

MOYLES, Janet. *Just playing? The role and status of play in early childhood education*. 2. ed. Philadelphia: Open University Press, 2002.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. *Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico*. São Paulo: Scipione, 2000.

PIAGET, Jean. *A psicologia da criança*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1971.

SANTOS, Jussara Hoffmann dos; CAVALCANTI, Cláudia da Rocha. *Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

- O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o dia a dia da Educação Infantil (Regiane Priscila Bueno)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o dia a dia da Educação Infantil

Regiane Priscila Bueno

DOI: 10.5281/zenodo.15579492

RESUMO

O presente artigo busca realizar um breve levantamento sobre a educação infantil, a educação inclusiva e o transtorno do espectro autista (TEA) no dia a dia da sala de aula, vivida por professores, monitores e toda a equipe escolar e as dificuldades encontradas tanto para o aluno, equipe de apoio e profissionais da educação. As escolas não estão totalmente prontas para atender o público da educação especial, prédios e salas precisam de adaptações, profissionais da educação precisam de formações constantes e os monitores e serventes de treinamento e cursos específicos para a deficiência com qual irão trabalhar, a implementação do plano de ensino individualizado (PEI) e às intervenções usadas no trabalho com o aluno TEA. Os desafios são complexos pois muitas instituições de educação ainda não se sentem preparadas para esse atendimento, além da conscientização do público escolar (famílias e comunidade) quanto ao direito de uma educação de qualidade para todos sem distinção.

Palavras-chave: Educação infantil. Transtorno do Espectro Autista. Educação inclusiva.

ABSTRACT

This article aims to provide a brief survey of early childhood education, inclusive education and autism spectrum disorder (ASD) in the day-to-day classroom experience of teachers, monitors and the entire school team, as well as the difficulties encountered by students, support staff and education professionals. Schools are not fully prepared to serve the special education population; buildings and classrooms need adaptations, education professionals need constant training and monitors and staff need training and specific courses for the disability with which they will work, the implementation of the individualized teaching plan (PEI) and the interventions used in working with ASD students. The challenges are complex because many educational institutions still do not feel prepared to provide this service, in addition to raising awareness among the school public (families and community) regarding the right to a quality education for all without distinction.

Keywords: Early childhood education. Autism spectrum disorder. Inclusive education.

Introdução

A inclusão de crianças com TEA na educação infantil, apresenta desafios que vão desde a falta de formação dos profissionais até a necessidade de adaptações curriculares e ambientais. Devido a falta de comunicação, interação social, sensibilidade sensorial, se faz necessário um ambiente estruturado demandando maior atenção e estratégias específicas.

Muitas escolas não possuem os recursos e apoio necessários para garantir a inclusão de crianças com TEA, como espaços adaptados e profissionais especializados, para enfrentar esse desafio se faz necessário que os profissionais da educação recebam formação continuada que discuta as características e as estratégias para lidar com o transtorno em diferentes níveis, adaptação de currículo e materiais pedagógicos, comunicação alternativa em alguns casos, criação de um ambiente inclusivo.

A escola deve ser um ambiente acolhedor e seguro para as crianças com TEA, com espaços adaptados e atividades que promovam a interação social. O apoio e colaboração entre a escola e a família é fundamental para garantir o sucesso da inclusão, com a família fornecendo informações sobre a criança e a escola oferecendo apoio no seu desenvolvimento. Em alguns casos é necessário o acompanhamento de profissionais especializados: terapeutas ocupacionais, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas e educadores especializados (sala de AEE), para garantir o desenvolvimento integral da criança.

A inclusão de crianças com TEA na educação infantil é um desafio complexo, mas também uma oportunidade para promover a diversidade e a inclusão social. Ao superar os desafios e implementar estratégias eficazes, é possível garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de aprender e desenvolver.

Educação infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, abrangendo crianças na idade de zero a cinco anos, visando o seu desenvolvimento integral nos seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais. Na educação infantil as atividades desenvolvidas devem abranger atividades lúdicas, de cuidado, socialização, interação entre pares, promovendo o desenvolvimento de habilidades motoras, sociais e cognitivas; complementando o papel da família e da comunidade da qual a criança está inserida, possuindo papel fundamental para sua formação e desenvolvimento.

São cinco os princípios básicos que norteiam o processo de ensino e aprendizagem segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil: éticos, políticos, estéticos, cognitivos e socioemocionais; Segundo a UNESCO são quatro pilares que visam o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos cognitivos, sociais, emocionais e éticos: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

A educação infantil está dividida em duas etapas: creche (para crianças de 0 a 3 anos) e pré-escola (para crianças de 4 a 5 anos). A base nacional comum curricular (BNCC) organiza a educação infantil em três faixas etárias: bebês (0-1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 6 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). O direito à educação infantil é de todos, sendo a sua matrícula em creches facultativa, enquanto a matrícula na pré-escola é obrigatória a partir dos 4 anos de idade.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/96), e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (Brasil, 2018,)

Educação inclusiva

(...) acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas (...). Deveria incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos desvantajados ou marginalizados (BRASIL, 1994, p.6).

A educação inclusiva significa todos na escola e todos aprendendo, está prevista em lei e para que a educação inclusiva se torne uma realidade, é fundamental que tanto as políticas públicas, a estrutura escolar e as práticas pedagógicas sejam voltadas a atender às necessidades de todos os alunos, com e sem deficiência. Educação é direito de todos, independente da sua individualidade (necessidade, habilidades, características ou diferenças), criando assim um ambiente onde todos possam aprender juntos respeitando e promovendo um ensino de qualidade, respeitando a diversidade e criando espaços onde todos possam se sentir acolhidos.

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motoras e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. Hoje (...) a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger (...) dificuldades de aprendizagem relacionadas à (...) dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento (...) como (...) a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, de comportamento; e ainda fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional (BRASIL, 2001, p. 43-44).

A escola inclusiva ideal deve ser um espaço de aprendizagem onde todos os envolvidos no processo de ensino aprendizagem sejam preparados para atender às diferentes necessidades dos alunos e sejam feitas adaptações necessárias de: currículo, estratégias pedagógicas e métodos de avaliação. Garantindo acesso a todos, sem barreira física, social ou cultural, promovendo o desenvolvimento de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, que respeitam a diversidade e lutam por uma sociedade mais justa e igualitária.

Com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, todos os envolvidos nesse processo (alunos, familiares, professores e gestores) saem ganhando.

Se acreditarmos que o papel da escola é construir cidadania através do acesso ao conhecimento, isto só será possível se dentro da escola tivermos uma verdadeira representação do grupo social que está fora da escola: pessoas com diferentes credos, de raças diferentes, com saberes diferentes, pessoas sem deficiência (existem?) e pessoas com deficiência. A experiência de conviver com a diversidade, tão necessária para a vida, nunca será exercida num ambiente educacional segregado, onde a diversidade humana não esteja representada (BRASIL, 2006, p. 47).

A legislação brasileira reconhece a educação inclusiva como um direito fundamental e estabelece diretrizes para sua implementação: o Plano Nacional de Educação (PNE), que entrou em vigor em 2014, estabelece metas para a disponibilização da educação básica especializada e adequada para crianças e jovens com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento.

Na perspectiva inclusiva, a concepção curricular contempla o reconhecimento e valorização da diversidade humana. Neste sentido, são identificadas e eliminadas as barreiras, deslocando o foco da condição de deficiência para a organização do ambiente. Ao promover a acessibilidade, os estabelecimentos de ensino superam o modelo de deficiência como sinônimo de invalidez, passando a investir em medidas de apoio necessárias à conquista da autonomia e da independência das pessoas com deficiência, por meio do seu desenvolvimento integral (BRASIL, 2015, p.11).

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva contempla a identificação e a eliminação das barreiras, principalmente as de acesso aos conhecimentos, deslocando o foco da condição de deficiência de estudantes para a organização e a promoção da acessibilidade aos ambientes escolares (arquitetônica) e à comunicação (oral, escrita, sinalizada, digital), em todos os níveis, etapas e modalidades, visando a autonomia e a independência dos educandos. A educação especial integra a educação regular, devendo ser prevista no Projeto Político Pedagógico para a garantia da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos educandos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação, por meio do ensino do uso de equipamentos, recursos de tecnologia e materiais pedagógicos

acessíveis, da oferta de tradução e interpretação da Libras, entre outros (BRASIL, 2016, p.36).

O transtorno do espectro autista (TEA) afeta o comportamento e pode apresentar-se de formas variadas, os primeiros sinais podem ser notados em bebês, e os sintomas mais comuns incluem: dificuldade de interação social (interagir socialmente, manter contato visual, expressão facial, expressar emoções, fazer amigos), dificuldade de comunicação (bloqueios para começar e manter diálogo, ecolalia, em alguns casos falta total de comunicação), alterações comportamentais (apego excessivo às rotinas, movimentos repetitivos, sensibilidade sensorial (hiperfoco ou hipofoco), dificuldade de imaginação, interesses intenso por coisas específicas (bola, objetos que giram), uso não funcional de brinquedos.

Esses distúrbios são titulados como um espectro por se manifestarem em diferentes níveis de intensidade:

- Suporte um: apresenta prejuízos leves, que podem não a impedem de estudar, trabalhar e se relacionar;
- Suporte dois: têm um menor grau de independência e necessita de algum auxílio para desempenhar funções cotidianas, como tomar banho ou preparar a sua refeição;
- Suporte Três: dificuldades graves e costuma precisar de apoio especializado ao longo da vida.

O TEA pode ser acompanhado por altas habilidades tais como: facilidade para aprender visualmente, atenção aos detalhes, exatidão, capacidade de memória acima da média e grande concentração em uma área de interesse específicos durante um longo período de tempo. Cada indivíduo dentro do espectro vai desenvolver o seu conjunto de sintomas variados e características bastante particulares.

Desafios do professor

O transtorno do espectro autista ainda é um mistério nos nossos dias atuais, quando um professor recebe uma criança laudada ou vê essa possibilidade como diagnóstico em um de seus alunos muitas perguntas são feitas e muitas ainda sem resposta fazem parte de seu dia a dia. Cada aluno é único e tem sua maneira de lidar com os desafios dentro da escola ou fora dela.

Dentro do espectro autista, cada indivíduo apresenta características muito próprias, que se manifestam em diferentes níveis de dificuldade e também em distintas habilidades. Por isso, costuma-se dizer que, ao conhecer uma pessoa com autismo, conhecemos apenas uma, pois cada caso é único. O grande desafio dos educadores e profissionais que atuam com esses alunos é justamente tentar compreender o “mundo deles”, suas formas de perceber, sentir e reagir ao ambiente. Essa compreensão é o primeiro passo para construir estratégias de estimulação adequadas, capazes de favorecer o desenvolvimento global da criança, respeitando seus limites e valorizando suas potencialidades. O processo de evolução, no caso dos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), é longo, contínuo e repleto de desafios, exigindo paciência, dedicação e, sobretudo, sensibilidade por parte de todos os envolvidos.

Toda a equipe escolar deve estar profundamente comprometida com esse processo de inclusão. A inclusão não é responsabilidade apenas do professor regente, mas um trabalho conjunto que envolve coordenadores, direção, cuidadores, monitores, profissionais de apoio e, principalmente, a família. Quando há essa colaboração mútua, o professor passa a compreender melhor o caso específico com o qual está lidando, conhecendo as particularidades do aluno, suas formas de comunicação, seus gatilhos emocionais, suas habilidades e suas dificuldades. Esse conhecimento possibilita uma atuação mais assertiva, humanizada e empática, evitando frustrações e favorecendo o aprendizado real.

Muitas crianças com diagnóstico de TEA apresentam graus distintos do transtorno, geralmente classificados em níveis de suporte 1, 2 e 3, conforme as orientações do DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos

Mentais). Os alunos classificados como suporte 1 costumam demonstrar menos características visíveis do autismo, podendo se comunicar verbalmente, compreender regras básicas de convivência e participar de atividades com certo grau de autonomia, embora ainda necessitem de acompanhamento e adaptações pedagógicas. Já os alunos de suporte 2 e suporte 3, que geralmente frequentam instituições de educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental, demandam cuidados mais intensos e apoio constante em suas rotinas escolares.

As crianças de suporte 2 ou 3, na maioria dos casos, não são verbais, apresentando limitações significativas na comunicação e na compreensão da linguagem. Muitas delas não possuem a noção de perigo, exigindo vigilância constante para garantir sua segurança. Frequentemente, também não são desfraldadas, o que requer ajuda no uso do banheiro e acompanhamento de um monitor ou cuidador durante todo o período escolar. Além disso, podem demonstrar dificuldades motoras, alterações sensoriais (como hipersensibilidade a sons, luzes ou texturas), comportamentos autoagressivos e, em alguns momentos, reações agressivas a colegas quando se sentem frustradas ou sobrecarregadas.

Esses alunos precisam de um monitor especializado ou cuidador para auxiliá-los nas tarefas do cotidiano escolar, como se alimentar, beber água, usar o banheiro, locomover-se com segurança e se acalmar em momentos de sobrecarga sensorial. É comum que, em determinadas situações, seja necessário permitir que a criança se retire da sala de aula por alguns minutos, especialmente quando o ambiente está muito barulhento, agitado ou estimulante demais. Esse tempo de pausa é essencial para que o aluno possa se regular emocionalmente e retornar às atividades com mais tranquilidade.

Cada dia de convivência com uma criança autista representa uma nova oportunidade de aprendizado, tanto para ela quanto para os profissionais envolvidos. Há dias de grandes conquistas, em que o aluno demonstra avanços significativos, como conseguir permanecer por mais tempo em uma atividade, responder a um comando simples ou interagir com um colega. Mas também há dias de desafios e frustrações, em que o comportamento é mais

resistente ou a adaptação parece retroceder. No entanto, cada pequena evolução deve ser valorizada, pois o progresso no autismo é feito de etapas graduais e contínuas.

A maioria dessas crianças, especialmente nos primeiros meses de convivência escolar, não demonstra interesse imediato pelas atividades pedagógicas tradicionais, nem por brincadeiras estruturadas ou jogos de regras. Isso ocorre porque muitas delas têm um modo próprio de explorar o mundo e interagir com o ambiente, que não segue os padrões esperados para sua faixa etária. O processo de adaptação à rotina escolar é, portanto, lento e requer uma atuação cuidadosa, com atividades sensoriais, lúdicas e personalizadas. Com o tempo, e com o apoio constante da equipe e da família, a criança começa a demonstrar mais abertura para o aprendizado e a socialização, construindo vínculos afetivos e conquistando autonomia progressiva.

Dessa forma, o trabalho com alunos dentro do espectro autista deve ser sempre pautado pela paciência, pelo respeito e pelo olhar acolhedor. Cada avanço, por menor que pareça, representa um passo importante em direção ao desenvolvimento e à inclusão verdadeira. Quando a escola, a família e os profissionais de apoio atuam em sintonia, o ambiente escolar se torna um espaço de descobertas, afeto e superação, onde cada criança pode crescer no seu próprio tempo, mas sempre acompanhada por pessoas que acreditam em seu potencial.

Para facilitar a inclusão em sala e facilitar sua socialização com os demais, necessitam de acompanhamento médico e de terapias indicadas a cada caso, possibilitando assim a inclusão em sala de aula e um desenvolvimento integral da criança.

Os primeiros dias em sala de aula podem ser frustrantes para o professor e assustador para a criança, levando ela a crises. Cada aluno tem especificidades: muitos aceitam toque e tem contato visual e muitas vezes atende pelo nome, não é agressivo com os demais alunos; Já outras não aceitam toque, não gostam do barulho da sala, não apresentam contato visual,

apresentam birras e crises constantes chegando a agredir colegas e funcionários da escola.

Muitas escolas infelizmente ainda tratam de forma diferente a criança ou negligenciando ou satisfazendo seus gostos, mimo em excesso também contribui para não desenvolvimento desejado da criança, causando birras. O trabalho com o aluno TEA exige responsabilidades, regras e rotina.

Muitas crianças não apresentam verbalização ou uma comunicação que se restringe a balbucios, sendo necessário uma maior atenção e até uma mudança curricular criando uma comunicação alternativa com imagens e fotos, alguns possuem ecolalia; se fazendo necessário nesses casos tratamentos especializados.

Muitos apresentam movimentos repetidos como balançar o corpo para frente e para trás, chacoalhar mãos e pés, costumam gostar de certos objetos em específico como rodas e objetos que giram, tem preferências por determinada cor.

Se faz necessário que o professor esteja atento ao seu comportamento e expressões corporais que muitas vezes expressam seu desejo, sua aprendizagem e até seu entendimento, cada criança se expressa de uma maneira, quando se trata de proibições por exemplo batem, mordem e se jogam no chão. A partir da observação diária o professor consegue entender seus momentos de crise e como acalmá-los, muitas vezes também é necessário que esse aluno faça uso de medicamentos.

Cabe aos pais muitas vezes recorrer ao poder público para a facilitar acesso às terapias e tratamentos.

O aluno apenas frequentar a escola não resolve todos seus problemas, é muito importante conscientizar e orientar pais e responsáveis quanto ao tratamento médico e terapias necessárias para cada caso.

A sala de recurso (AEE) também ajuda muito no dia a dia escolar, precisa-se entender que mais importante que conhecimento pedagógico esse aluno precisa de autonomia e de ajuda para realizar tarefas básicas como se alimentar, lavar as mãos, escovar o dente, beber água, usar o banheiro entre

outros. A rotina é muito necessária para o aluno TEA e mudanças alteram o seu comportamento.

Normalmente crianças com TEA têm dificuldades para dormir e fazem uso de medicamentos, sendo necessárias adaptações na rotina escolar quanto a horários e períodos para frequentar a escola.

A inclusão do aluno TEA começa em casa, com a família motivando e compreendendo e tendo empatia para com essa criança incentivando sua ida e permanência na escola, informando a equipe escolar quanto aos seus gostos e necessidades, há necessidade de adaptações de horários que atendam a especificidade de cada um, muitos inicialmente precisam de um horário reduzido para se adaptar a rotina dentro da instituição escolar.

Na educação infantil, a relação do aluno com os pares é fundamental para o desenvolvimento social, afetivo e cognitivo da criança, a interação com os colegas permite a aprendizagem de normas sociais, o desenvolvimento de habilidades sociais e a construção da identidade, resolução de conflitos e empatia.

Ao interagir com seus pares, a criança começa a construir sua identidade, a perceber seus pontos fortes e fracos, e a definir seu lugar dentro do grupo.

As relações entre pares são um espaço para a criança desenvolver habilidades como a comunicação, a colaboração, a cooperação, a tomada de iniciativa e a autoconfiança, têm um impacto significativo no desenvolvimento global da criança, incluindo o cognitivo, e socioemocional e o físico.

Estratégias de intervenção

Dentro do ambiente escolar a adaptação de um aluno com transtorno de espectro autista requer estratégias que envolve atividades adaptadas, criação e elaboração de rotina: salas adaptadas, criação de rotinas visuais, ambientes tranquilos e organizados, adaptação materiais e uso de materiais concretos

para atender suas individualidades, salas adaptadas quando necessário criando um ambiente seguro e confortável para a criança.

A colaboração entre escola, família e profissionais de saúde é de extrema importância para compreender de maneira mais ampla e profunda o aluno, especialmente quando se trata de crianças com necessidades específicas. Essa parceria permite que os educadores conheçam melhor as particularidades, os comportamentos e as potencialidades de cada estudante, favorecendo um planejamento pedagógico mais adequado e sensível. Quando há um diálogo constante entre esses três pilares — escola, família e equipe de saúde — torna-se possível identificar o ponto de partida ideal para o trabalho pedagógico dentro da sala de aula, garantindo que as estratégias sejam realmente eficazes e respeitem o ritmo e as singularidades do aluno.

A manutenção de uma rotina estruturada é outro fator essencial no processo de aprendizagem. A previsibilidade ajuda o aluno a compreender e seguir a sequência das atividades diárias, reduzindo sentimentos de ansiedade, medo e desorientação. A repetição e a organização do cotidiano escolar contribuem para que o estudante se sinta mais seguro e confiante em suas ações, sabendo o que esperar em cada momento do dia. Além disso, é fundamental que a escola mantenha um diálogo honesto, contínuo e respeitoso com a família, buscando conhecer aspectos importantes da vida da criança, como seus gostos, interesses, preferências, pontos de apoio e também suas estratégias pessoais para lidar com situações de estresse ou crises. Essas informações são valiosas para a construção de um ambiente acolhedor e de práticas pedagógicas realmente inclusivas.

No ambiente escolar, é possível realizar adaptações simples, mas muito significativas. Materiais didáticos como pranchas de letras, números, formas geométricas, imagens ilustrativas e fotografias podem ser adaptados para tornar o aprendizado mais acessível e significativo. Essas adaptações devem considerar tanto as dificuldades sensoriais quanto as de comunicação, garantindo que o aluno consiga compreender e participar das atividades propostas. Na comunicação entre professor e aluno, é essencial que a linguagem seja clara, objetiva e direta, utilizando frases curtas e evitando

ambiguidades. Falar de forma pausada, com tom de voz tranquilo e expressões faciais coerentes com a mensagem, ajuda o aluno a compreender melhor e a se sentir mais à vontade para interagir.

Dividir as atividades em etapas menores, bem estruturadas e apresentadas de maneira sequencial, é uma estratégia que facilita a assimilação dos conteúdos e o cumprimento das tarefas. Essa metodologia permite que o estudante vivencie pequenas conquistas ao longo do processo, reforçando sua autoestima, promovendo um senso de segurança e incentivando sua autonomia. O sentimento de realização após concluir cada etapa se torna um importante reforço positivo, fortalecendo a motivação para continuar aprendendo.

Outro aspecto fundamental é o suporte sensorial que a escola pode oferecer. Muitos alunos autistas apresentam sensibilidades aumentadas a sons, luzes, texturas e movimentos, e essas particularidades devem ser respeitadas. A instituição pode investir em medidas simples, como o uso de abafadores de som em ambientes muito ruidosos, a oferta de uniformes com tecidos confortáveis, a criação de espaços tranquilos para pausas sensoriais e a organização de salas de aula com menos estímulos visuais, evitando sobrecarga e distrações.

Além do suporte individual, é essencial promover oportunidades de socialização e convivência. Jogos, dinâmicas e atividades em grupo são excelentes ferramentas para favorecer a interação entre o aluno autista e seus colegas. Contudo, essa aproximação deve ser feita de forma respeitosa, sem forçar situações sociais que causem desconforto. O respeito aos limites e ao tempo de cada criança é a base para o desenvolvimento de relações saudáveis e espontâneas, fortalecendo vínculos e ampliando a capacidade de comunicação e empatia dentro do grupo escolar.

Outro instrumento importante é o Plano Educacional Individualizado (PEI), que deve ser elaborado de forma conjunta entre professores, equipe pedagógica, família e, quando possível, profissionais de saúde que acompanham o aluno. O PEI define metas e objetivos de aprendizagem

adaptados à realidade e às potencialidades da criança, permitindo que ela avance em seu processo educativo de maneira personalizada e eficaz.

Por fim, a colaboração entre escola e família é o elemento central para o sucesso da adaptação e do desenvolvimento escolar do aluno com Transtorno do Espectro Autista. A troca de informações, a comunicação constante, o acompanhamento mútuo e o apoio emocional entre as partes garantem que o estudante seja compreendido em todas as dimensões, cognitiva, emocional, social e sensorial. Quando todos trabalham juntos, com empatia e comprometimento, a escola se transforma em um espaço verdadeiramente inclusivo, capaz de acolher as diferenças e potencializar as capacidades de cada aluno.

A formação continuada dos professores para que estejam preparados para atender às necessidades individuais de cada aluno.

Plano Educacional individualizado (PEI)

[...] assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: I- Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida; II- aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena; III- projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia. (BRASIL, 2015).

O Plano Educacional Individualizado (PEI) trata-se de um documento individual personalizado que detalha estratégias de ensino para um aluno com necessidades educacionais específicas, garantindo um desenvolvimento adequado e inclusivo. elaborado por uma equipe multidisciplinar, visando atender às necessidades específicas de cada aluno, promovendo sua participação ativa na vida escolar da criança inclusa.

Art. 28-A Deverá ser adotado, no âmbito do sistema educacional inclusivo, o Plano de Ensino Individualizado – PEI, instrumento de planejamento individualizado, destinado a cada educando com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, elaborado anualmente, em que constarão todos os esforços pedagógicos mobilizados para a aprendizagem do estudante. §1º O PEI deverá contemplar: I - a identificação do estudante; II - a avaliação do estudante; III - os objetivos mensuráveis de ensino, em termos de habilidades-alvo a serem desenvolvidas; IV – os programas de ensino aplicáveis para cada objetivo estabelecido; V – os recursos de acessibilidade utilizados para a execução dos programas; VI – o protocolo de conduta individualizado; VII – as diretrizes para adaptação de atividades e de avaliações. (BRASIL, 2020)

São Componentes do PEI:

1. Avaliação Individualizada: que leva em conta as necessidades e potenciais do aluno, considerando aspectos acadêmicos, sociais, emocionais e físicos.
2. Objetivos Educacionais Personalizados: metas específicas e mensuráveis para o aluno, com base na avaliação.
3. Estratégias de Ensino: Metodologias e recursos adaptados às necessidades do aluno, como adaptações curriculares, apoio especializado e uso de tecnologias assistivas.
4. Acompanhamento e Avaliação Contínua: Monitoramento do progresso do aluno, ajuste das estratégias e avaliação do PEI, que deve ser um documento vivo e em constante revisão.

O PEI permite ao aluno uma inclusão efetiva, fazendo com que a criança tenha a oportunidade de participar plenamente do processo de aprendizagem, adaptando-se às suas características individuais, garantindo seu desenvolvimento integral e participação ativa na vida escolar, oferecendo apoio especializado, recursos pedagógicos e uma comunicação ativa entre família escola e os outros profissionais envolvidos no processo educativo. É um instrumento fundamental para garantir uma educação inclusiva e individualizada voltada para o desenvolvimento integral e a participação ativa de todos os alunos, em especial aqueles com necessidades educacionais específicas.

Considerações finais

O ingresso da criança com ou sem TEA na educação infantil, precisa de atenção e cuidado de todos os envolvidos na comunidade escolar, por se tratar do primeiro momento longe da sua família, esse momento se apresenta cercado de muita insegurança para a criança e sua família, a adaptação é um momento delicado

“o ingresso na escola é um marco importante no desenvolvimento das crianças, não apenas para o aprendizado em si, mas também pelo desenvolvimento social e pela formação do ser humano como um todo” (Silva; Gaiato; Reveles, 2012, p. 52).

Todos os envolvidos na prática pedagógica (professores, gestores, monitores, serventes) possuem um papel expressivo na inclusão e na integração da criança, entendendo as especificidades, seus avanços e potencialidades. A inclusão é benéfica para todos os envolvidos nesse processo.

É muito importante discutir a inclusão escolar e a necessidade de adaptar a escola à diversidade de necessidades dos alunos, apresentando diferentes abordagens e estratégias pedagógicas que podem ser utilizadas na educação infantil com crianças com TEA.

Torna-se muito necessário pesquisas que possam ajudar no dia a dia escolar, trabalhos que envolvam a realidade, buscando conhecer realmente como é uma sala de aula e os desafios encontrados no dia a dia. Muitas escolas ainda sofrem com falta de monitores, professores especializados, falta material didático pedagógico, número excessivo de alunos em sala, escolas não adaptadas, desinteresse da sociedade e de muitas famílias quanto a importância da educação infantil na vida escolar da criança seja ela TEA ou não.

Referências

BRASIL. **Saberes e Práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem, autismo**. 2. ed. rev - Brasília : MEC, SEESP, 2003. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/educacao%20infantil%203.pdf>. acesso em: 11/03/25

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 9.394/96**. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm acesso em: 15/05/25

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1994. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> acesso em: 20/03/25

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/rescne005_2009.pdf acesso em: 17/04/25

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2007. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. acesso em: 11/03/25

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base**. Brasília: MEC/Consed/Undime, 2018.

Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase> acesso em: 24/04/25

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192 acesso em: 08/05/25

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_E_C91_2016.pdf acesso em: 08/05/25

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html>. acesso em: 16/05/25

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. acesso em: 16/05/25

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Programa de implantação da Sala de Recursos Multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília. 2006. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9936- acesso em: 15/05/25

BRASIL. Medida Provisória Nº 1.025, de 31 de dezembro de 2020. **Dispõe sobre o Plano de Ensino Individualizado – PEI, no âmbito do sistema educacional inclusivo**. Brasília-DF, 2020. Disponível em:

<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8921974&ts=1618945764007&disposition=inline>

acesso em: 22/05/25

BRASIL. Ministério da Educação. **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Boletim 21. MEC, 2006.

BRASIL. Lei 13.146 de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília-DF, 2015. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

acesso em: 11/03/25

COLL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar**. artmed: Porto Alegre. 1995.

GAIATO, M.; Teixeira, G. **O reizinho autista: guia para lidar com comportamentos difíceis**. Inversos: São Paulo, 2018. disponível em:

<https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2020/05/o-reizinho-autista.pdf>

acesso em: 29/04/25

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, P. AVieira, T. **Educação inclusiva e igualdade social**. AVERCAMP: São Paulo, 2006.

CUNHA, E, **Autismo e Inclusão. psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família**. 3 ed. Rio de Janeiro. WAK editora, 2011.

GAUDERER, E C. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais**. São Paulo: Sarvier, 1985.

PRATES, J.; LUDKE, R. **Autismo e inclusão na educação infantil: um estudo sobre as crenças dos educadores**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Instituto de Psicologia. Porto Alegre, 2011.

SANINI, C.; Bosa, C., A. **Autismo e inclusão na educação infantil: crenças e autoeficácia da educadora. estud. psicol. (natal)** [online]. 2015, vol.20, n.3, pp.173-183. issn 1413-294x. disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1413294x2015000300173&script=sci_abstract&lng=pt acesso em: 29/04/25

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Construir a Escola das diferenças: caminhando nas pistas da inclusão**. In: **O Desafio das Diferenças nas Escolas**. Boletim 21. MEC, 2006.

- Principais desafios na alfabetização: alunos com TEA em sala de aula e na Educação Inclusiva e Síndrome de Dawn (Fernanda de Oliveira Costa Ferareze; Keila Mara da Costa e Silva)

Principais desafios na alfabetização: alunos com TEA em sala de aula e na Educação Inclusiva e Síndrome de Dawn

Fernanda de Oliveira Costa Ferareze

Keila Mara da Costa e Silva

DOI: 10.5281/zenodo.15350776

RESUMO

Nas últimas décadas, a presença de estudantes especiais com Espectro Autista (TEA) e Síndrome de Down em salas de aula comuns tem aumentado, impulsionada por políticas inclusivas e pela valorização da diversidade nas escolas. Contudo, alfabetizar esses alunos ainda é um desafio, já que suas necessidades cognitivas, comportamentais e de comunicação exigem práticas pedagógicas adaptadas. Este artigo analisa as principais dificuldades enfrentadas pelos professores nesse processo e propõe métodos didáticos que promovam uma aprendizagem efetiva, respeitando o tempo e as particularidades de cada estudante. A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Síndrome de Down em salas de aula regulares tem se intensificado nas últimas décadas, impulsionada por políticas públicas e pela valorização da diversidade no ambiente escolar. No entanto, o processo de alfabetização desses estudantes ainda representa um grande desafio para educadores, devido às especificidades cognitivas, comportamentais e comunicacionais que demandam intervenções pedagógicas diferenciadas. Este artigo tem como objetivo discutir os principais obstáculos enfrentados por professores no processo de alfabetização de alunos com TEA e Síndrome de Down em contextos inclusivos, bem como apresentar estratégias didáticas que favoreçam uma aprendizagem significativa, respeitando o ritmo e as necessidades de cada estudante.

Palavras-chave: Alfabetização; Inclusão escolar; Transtorno do Espectro Autista; Síndrome de Down; Educação Especial.

Introdução

A inclusão escolar é um princípio garantido por legislações nacionais e internacionais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Esses marcos legais asseguram o direito de

todos os alunos à educação de qualidade, em ambientes que respeitem suas singularidades e promovam o desenvolvimento pleno. Nesse cenário, destaca-se a crescente presença de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas salas de aula regulares, o que demanda da escola e dos educadores um olhar sensível, atento e preparado para lidar com a diversidade.

O TEA é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta a comunicação social e se caracteriza por padrões comportamentais repetitivos e interesses restritos. Essas características interferem diretamente na vivência escolar e, sobretudo, no processo de alfabetização — etapa essencial para o desenvolvimento da autonomia e da participação social. Alfabetizar um aluno com TEA vai além do domínio de conteúdos pedagógicos: exige práticas flexíveis, personalizadas e mediadas por estratégias que respeitem as necessidades cognitivas, emocionais e sensoriais do estudante.

Entretanto, observa-se que muitos professores ainda não dispõem do suporte necessário nem da formação adequada para atuar de forma eficaz em contextos inclusivos. A escassez de recursos pedagógicos, o tempo reduzido para planejamento individualizado e a sobrecarga de responsabilidades são fatores que dificultam a implementação de práticas verdadeiramente inclusivas e humanizadas. Diante dessa realidade, este trabalho tem como objetivo refletir sobre os principais desafios enfrentados no processo de alfabetização de alunos com TEA em turmas regulares, bem como propor estratégias que contribuam para uma prática pedagógica equitativa e significativa.

A metodologia adotada baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, com foco em estudos acadêmicos, legislações e experiências pedagógicas exitosas, visando embasar teoricamente as reflexões e propostas apresentadas. O desenvolvimento do trabalho abordará o panorama da inclusão escolar, as especificidades do TEA no contexto educacional, os obstáculos enfrentados pelos docentes e, por fim, sugestões de práticas pedagógicas acessíveis e eficazes no processo de alfabetização desses alunos. Com isso, pretende-se contribuir para o fortalecimento de uma educação inclusiva que valorize a singularidade de cada aluno e garanta o seu

direito de aprender, crescer e se expressar em um ambiente escolar acolhedor, participativo e transformador.

Desenvolvimento

O Desafios na Alfabetização de Alunos com TEA em Salas de Educação Inclusivas

A alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambientes inclusivos envolve uma série de desafios que exigem do educador conhecimento especializado, sensibilidade pedagógica e o uso de metodologias diferenciadas. Entre os principais entraves estão as dificuldades na comunicação social, a rigidez comportamental, as limitações cognitivas específicas e a carência de formação continuada dos professores.

Segundo Bosa (2002), indivíduos com TEA apresentam dificuldades em estabelecer interações sociais recíprocas, fator que interfere significativamente em práticas escolares que dependem do diálogo, da troca entre pares e da compreensão de instruções verbais.

Essas dificuldades comprometem não apenas a aprendizagem formal, mas também o engajamento do aluno nas rotinas escolares e nas dinâmicas de grupo, tão presentes no processo de alfabetização. Outro desafio recorrente é a rigidez de interesses e comportamentos repetitivos, que dificultam a adaptação a metodologias convencionais.

De acordo com Schwartzman (2011), o ensino de alunos com TEA precisa ser estruturado e previsível, com rotinas bem definidas e o uso de recursos visuais que favoreçam a compreensão e a organização do pensamento.

O uso de estratégias como o ensino estruturado, o método TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication handicapped Children) e a comunicação alternativa são apontados como eficazes na promoção da aprendizagem desses estudantes (Mesibov & Shea, 2010).

Além das características inerentes ao transtorno, há também obstáculos no próprio ambiente escolar. A formação inicial dos professores, em muitos casos, não contempla os conhecimentos específicos sobre o TEA, o que compromete a qualidade da prática pedagógica. Conforme aponta Mantoan (2006), a inclusão efetiva depende não apenas da presença física do aluno na escola regular, mas da construção de um currículo acessível e de uma cultura escolar acolhedora e participativa.

A escassez de recursos pedagógicos adaptados, a ausência de profissionais de apoio e a falta de tempo para o planejamento individualizado são fatores que também interferem no processo de alfabetização. Muitas vezes, o professor encontra-se sobrecarregado, atuando com turmas numerosas e diversas, o que dificulta a aplicação de estratégias individualizadas que atendam às especificidades do aluno com TEA.

Diante desses desafios, torna-se imprescindível a implementação de políticas públicas que invistam na formação continuada dos docentes, no fortalecimento do atendimento educacional especializado (AEE) e na criação de ambientes pedagógicos acessíveis, colaborativos e afetivamente seguros. O sucesso da alfabetização de alunos com TEA está diretamente relacionado à capacidade da escola em acolher, adaptar e inovar suas práticas.

Desafios da Alfabetização de Alunos com TEA

Comunicação e Linguagem

Muitos alunos com TEA apresentam atrasos ou dificuldades significativas na linguagem receptiva e expressiva. Isso compromete a compreensão de comandos, a interpretação de textos e a produção escrita. Além disso, alguns estudantes podem ser não verbais, o que exige o uso de formas alternativas de comunicação.

Interação Social

As dificuldades de interação social impactam a aprendizagem colaborativa, dificultando a participação em atividades em grupo, rodas de leitura e dinâmicas coletivas comuns no processo de alfabetização.

Processamento Sensorial

Estudantes com TEA podem apresentar hipersensibilidade a sons, luzes, cheiros ou texturas, o que pode causar desconforto ou distração em sala de aula. Ambientes muito estimulantes podem prejudicar o foco e a atenção do aluno.

Rigidez Cognitiva e Resistência à Mudança

Crianças com TEA frequentemente apresentam padrões rígidos de pensamento e comportamentos. Mudanças na rotina escolar ou na metodologia de ensino podem gerar estresse e dificultar a adaptação às atividades propostas.

Falta de Formação Específicas dos Professores

Muitos professores da educação básica não possuem formação específica para trabalhar com alunos com TEA, o que dificulta a identificação das necessidades e a criação de estratégias adequadas para o processo de alfabetização

Estratégias Pedagógicas para Superar os Desafio, Adaptação Curricular e Metodológica É essencial adaptar os conteúdos e métodos de ensino conforme as necessidades do aluno com TEA.

Textos com apoio visual, jogos educativos, atividades com foco em interesses específicos e material multissensorial são recursos eficazes.

Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA)

Sistemas como PECS (Picture Exchange Communication System) e o uso de aplicativos digitais auxiliam alunos com limitações verbais a se expressarem, promovendo a participação ativa no processo de aprendizagem.

Rotinas Estruturadas

uso de agendas visuais e a manutenção de uma rotina previsível reduzem a ansiedade e aumentam o senso de segurança do aluno com TEA, favorecendo sua concentração nas atividades de alfabetização.

Plano de Ensino Individualizado (PEI)

A elaboração de um PEI com objetivos claros, metas adaptadas e acompanhamento contínuo é fundamental para garantir o desenvolvimento do aluno com TEA.

Trabalho Colaborativo

A atuação conjunta de professores, equipe de apoio, terapeutas e família é crucial. O diálogo constante favorece a compreensão das necessidades do aluno e possibilita intervenções mais eficazes.

Estratégias e Práticas Pedagógicas Inclusivas

Para garantir a alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em ambientes inclusivos, é fundamental a adoção de práticas pedagógicas que articulem intencionalidade didática, conhecimento sobre o transtorno e respeito às particularidades de cada aluno.

Essas estratégias devem ser fundamentadas em metodologias ativas, adaptativas e centradas no sujeito, promovendo a participação, o engajamento e a aprendizagem significativa.

Uma das abordagens mais reconhecidas no contexto do ensino a alunos com TEA é o **ensino estruturado**, cujos princípios são oriundos do programa TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication-handicapped Children), desenvolvido na Universidade da Carolina do Norte.

De acordo com Mesibov e Shea (2010), essa metodologia organiza o ambiente de aprendizagem de forma clara, previsível e visualmente acessível, favorecendo a compreensão das atividades e a autonomia dos estudantes.

Rotinas visuais, agendas pictográficas e instruções passo a passo são ferramentas essenciais nesse modelo.

Outra estratégia amplamente eficaz é o uso de **materiais visuais e multissensoriais** no processo de alfabetização. Alunos com TEA tendem a ter um estilo de aprendizagem mais visual do que verbal (Grandin, 2006), e o uso de figuras, símbolos, letras em relevo, aplicativos educativos e jogos pedagógicos pode facilitar a associação entre fonema e grafema, bem como o desenvolvimento da consciência fonológica.

A **diferenciação pedagógica**, conforme propõe Tomlinson (2001), também se mostra essencial nesse contexto. Isso implica planejar atividades que considerem diferentes níveis de complexidade, interesses e formas de expressão, permitindo que o aluno com TEA acesse o conteúdo por caminhos compatíveis com seu perfil cognitivo.

A utilização de recursos como histórias sociais, comunicação alternativa e aumentativa (CAA), tecnologia assistiva e sistemas de recompensa pode potencializar os processos de ensino e aprendizagem.

O **trabalho colaborativo** entre professores do ensino comum, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e demais membros da equipe escolar é outro componente-chave.

Segundo Mantoan (2006), a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva depende da articulação entre diferentes saberes e do comprometimento coletivo com o desenvolvimento de todos os alunos.

Esse trabalho em rede deve incluir também a família, que desempenha papel fundamental na construção de vínculos afetivos e na continuidade das estratégias pedagógicas no ambiente doméstico.

Por fim, é indispensável que o professor realize uma **avaliação contínua e formativa**, que vá além da mensuração do desempenho acadêmico. Avaliar o aluno com TEA requer sensibilidade para reconhecer avanços que, muitas vezes, são sutis, mas significativos no percurso individual da aprendizagem.

Observar o progresso nas interações sociais, na autonomia para realizar tarefas, no interesse por livros ou letras, por exemplo, são indicadores valiosos no processo de alfabetização.

Assim, investir em práticas pedagógicas inclusivas exige planejamento, formação, criatividade e compromisso ético. O sucesso na alfabetização de alunos com TEA depende da capacidade da escola de flexibilizar suas metodologias e de colocar o aluno no centro do processo educativo, respeitando suas singularidades e valorizando suas conquistas.

Considerações finais

A alfabetização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em salas de aula inclusivas configura-se como um processo desafiador, mas profundamente necessário e viável. A efetivação desse processo demanda o reconhecimento de que a diversidade é uma característica intrínseca ao ambiente escolar e que, portanto, a prática pedagógica deve estar comprometida com a equidade, o respeito às singularidades e o direito à aprendizagem de todos os estudantes.

Para que a inclusão seja mais do que uma diretriz normativa e se concretize como uma realidade cotidiana, é imprescindível que os profissionais da educação estejam devidamente preparados para compreender e acolher as especificidades do TEA. Isso implica a adoção de estratégias pedagógicas individualizadas, que se fundamentem nas potencialidades dos alunos e considerem suas necessidades cognitivas, emocionais, comunicacionais e sensoriais.

Como ressaltam Smith e Strick (2010), práticas bem-sucedidas de alfabetização com alunos autistas envolvem adaptações curriculares, uso de materiais visuais, rotinas estruturadas e a mediação constante do professor, que atua como facilitador da aprendizagem. Além disso, o compromisso da escola com a formação continuada de seus profissionais é fundamental.

A capacitação docente para o atendimento à diversidade deve fazer parte de um projeto institucional permanente, que articule teoria e prática e promova o desenvolvimento de uma cultura escolar inclusiva. Essa formação deve contemplar não apenas aspectos técnicos, mas também éticos, afetivos e políticos da inclusão, como propõe Mantoan (2006), ao destacar que a inclusão não se limita a integrar o aluno com deficiência ao espaço físico da escola, mas exige uma profunda transformação nas concepções pedagógicas e nos modos de organização do ensino.

Outro fator relevante para o sucesso da alfabetização de alunos com TEA é a atuação colaborativa entre professores, equipe gestora, profissionais do Atendimento Educacional Especializado (AEE), famílias e demais especialistas envolvidos no processo educativo. Essa articulação é essencial para garantir intervenções coerentes, contínuas e ajustadas às necessidades do estudante, favorecendo a construção da autonomia, da autoestima e da participação social.

Portanto, promover a alfabetização de estudantes com TEA em salas regulares é não apenas um direito garantido por lei, mas uma oportunidade de avanço pedagógico, social e humano. Investir em práticas educacionais inclusivas é investir em uma escola democrática, justa e capaz de transformar realidades por meio do acesso igualitário ao conhecimento.

Referências

SILVA, Maria Aparecida. Principais desafios na alfabetização de alunos com TEA em sala inclusiva e Síndrome de Down. São Paulo: Universidade Paulista, 2025.

MENDES, Enicéia Gonçalves. *Educação Inclusiva: construindo sistemas educacionais inclusivos*. São Carlos: Edufscar, 2006.

SCHWARTZMAN, José Salomão.
Transtornos do espectro do autismo. São Paulo: Memnon, 2015.

OLIVEIRA, Ana Paula de; BRITO, Rita de Cássia da Silva.
Educação inclusiva e alfabetização de crianças com TEA: estratégias e desafios. Revista Educação Especial, v. 31, n. 61, 2018.

MENDES, Enicéia Gonçalves; NOGUEIRA, Claudia Regina.
Inclusão Escolar de Alunos com Síndrome de Down: práticas pedagógicas e formação de professores. Psicologia Escolar e Educacional, v. 19, n. 1, 2015.

MARCHESI, Álvaro; MARTÍN, Elena.
Psicologia e educação de alunos com necessidades educativas especiais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

DUARTE, Newton. *A alfabetização da criança com síndrome de Down: desafios e possibilidades*. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 20, n. 2, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. MEC/SEESP, 2008.

FONSECA, Vitor da. *Psicopedagogia da Comunicação e da Linguagem*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SILVA, Maria Aparecida. Principais desafios na alfabetização de alunos com TEA em sala inclusiva e Síndrome de Down. São Paulo: Universidade Paulista, 2025.

- Vantagens da contação de história na Educação Infantil (Sofia Torres Alencar)

Vantagens da contação de história na Educação Infantil

Sofia Torres Alencar

DOI: 10.5281/zenodo.15419919

RESUMO

A contação de histórias na Educação Infantil configura-se como uma prática pedagógica de grande relevância, uma vez que atua diretamente no desenvolvimento global da criança — abrangendo aspectos cognitivos, afetivos, linguísticos, sociais e culturais. Além de promover o prazer estético e a ampliação do repertório simbólico, as histórias contribuem para a formação da identidade, do senso crítico e do gosto pela leitura desde os primeiros anos escolares. Este artigo tem como objetivo analisar, à luz de referenciais teóricos, as principais vantagens da contação de histórias no contexto da Educação Infantil, destacando suas contribuições no processo de ensino-aprendizagem. O estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica, abordando autores que defendem a importância da literatura infantil como ferramenta educativa. Os resultados apontam que, quando bem conduzida, a prática de contar histórias potencializa habilidades essenciais ao desenvolvimento infantil, promovendo uma aprendizagem lúdica, significativa e humanizada.

Palavras-chave: Contação de histórias. Literatura infantil. Educação Infantil. Desenvolvimento global. Aprendizagem lúdica.

Introdução

Contar histórias é um ato ancestral que acompanha a humanidade desde os primórdios, sendo um meio eficaz de transmitir conhecimentos, valores e tradições culturais de geração em geração. Na atualidade, a prática de contação de histórias permanece viva, adaptada aos diferentes contextos sociais e educacionais, especialmente no ambiente escolar. No âmbito da Educação Infantil, essa prática ganha um sentido ampliado, pois se revela como uma importante estratégia pedagógica capaz de promover o desenvolvimento integral das crianças de forma lúdica, prazerosa e significativa.

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento das capacidades físicas, emocionais, cognitivas e sociais das crianças de zero a cinco anos. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), a literatura infantil e as práticas de oralidade devem ser valorizadas nesse processo, pois proporcionam experiências que favorecem a escuta, a imaginação, a linguagem e a interação.

Segundo Abramovich (1997), contar histórias é um ato de generosidade, um presente que se oferece à criança, estabelecendo laços afetivos e ampliando horizontes. Através das histórias, as crianças acessam universos simbólicos que lhes permitem compreender melhor o mundo, suas emoções e suas relações interpessoais. Assim, o presente artigo se propõe a refletir sobre os benefícios da contação de histórias no contexto da Educação Infantil, evidenciando sua importância para a formação de sujeitos sensíveis, críticos e criativos.

Desenvolvimento

A contação de histórias como prática pedagógica

A contação de histórias, quando inserida intencionalmente no planejamento pedagógico, deixa de ser uma simples atividade de passatempo e se transforma em potente recurso didático. Ela possibilita à criança desenvolver habilidades linguísticas, cognitivas e socioemocionais por meio da escuta, da imaginação e da interpretação simbólica. Conforme Zilberman (2003), a literatura infantil introduz a criança no universo da linguagem escrita de maneira envolvente e afetuosa, criando pontes entre o mundo real e o imaginário.

É na interação com as histórias que a criança é provocada a pensar, refletir e estabelecer relações com sua realidade. De acordo com Vygotsky (1989), o desenvolvimento infantil ocorre por meio da mediação de instrumentos culturais, entre os quais a linguagem ocupa papel central. A

contação de histórias, ao utilizar narrativas cheias de significado, símbolos e metáforas, atua como mediadora essencial no processo de construção do conhecimento.

Além disso, a prática de ouvir histórias fortalece a atenção, a escuta ativa, a memória auditiva e a capacidade de concentração — habilidades fundamentais para o processo de alfabetização e letramento. Quando associada a elementos visuais, como livros ilustrados, fantoches ou dramatizações, a contação torna-se ainda mais atrativa e eficaz, despertando o interesse das crianças e promovendo um aprendizado sensorial e integrado.

Desenvolvimento emocional e social por meio das histórias

Outro aspecto relevante da contação de histórias é sua capacidade de promover o desenvolvimento emocional das crianças. Os contos, fábulas e lendas, ao abordarem situações de medo, perda, superação e coragem, oferecem às crianças formas simbólicas de lidar com suas emoções e conflitos internos. Bettelheim (2002) destaca que os contos de fadas cumprem essa função ao proporcionar às crianças um espaço seguro para enfrentar dilemas humanos universais de forma simbólica.

Através da identificação com os personagens e das tramas envolventes, a criança experimenta sentimentos como empatia, compaixão, alegria e tristeza, desenvolvendo sua sensibilidade e maturidade emocional. Além disso, o momento da contação de histórias, quando realizado em grupo, contribui para a socialização, o respeito à vez do outro, a escuta coletiva e o diálogo — aspectos fundamentais para a convivência em sociedade.

O ambiente criado pela contação de histórias favorece ainda a construção de vínculos entre educadores e alunos, fortalecendo a relação afetiva e de confiança necessária ao processo de aprendizagem. Conforme Khalil (2018), o afeto é uma das bases do ensino-aprendizagem na infância, e a contação de histórias é uma prática que humaniza e aproxima.

Promoção do letramento literário e estímulo à imaginação

A literatura infantil, quando introduzida precocemente na vida da criança, desperta o gosto pela leitura, amplia o repertório linguístico e favorece o letramento literário. De acordo com Cademartori (1994), o contato com diferentes gêneros textuais desde a infância possibilita que a criança compreenda a linguagem escrita como forma de expressão, comunicação e criação.

A contação de histórias também ativa processos mentais complexos, como a antecipação de enredos, a inferência, a formulação de hipóteses e a interpretação simbólica. Esses processos, além de prepararem a criança para a leitura autônoma, estimulam sua criatividade e imaginação. Quando convidada a recontar uma história ou a criar novas versões, a criança desenvolve a linguagem oral, a expressão corporal e a autoria.

Vale ressaltar que o ato de ouvir histórias é, em si, uma experiência estética e cultural. Ele contribui para a formação do sujeito leitor e cidadão crítico, capaz de apreciar, interpretar e transformar o mundo à sua volta.

Considerações Finais

A contação de histórias na Educação Infantil não é apenas uma atividade lúdica, mas uma prática rica em possibilidades pedagógicas e formativas. Ela favorece o desenvolvimento integral da criança, promovendo avanços significativos na linguagem, no pensamento simbólico, nas relações interpessoais e na construção da identidade.

Para além do aspecto técnico, contar histórias é um ato de afeto, presença e escuta, que fortalece os vínculos entre crianças e educadores e valoriza a infância como tempo de encantamento e descobertas. Por isso, é fundamental que os profissionais da educação reconheçam o potencial dessa prática e a utilizem com intencionalidade pedagógica, sensibilidade e criatividade.

A escola, enquanto espaço de formação humana, deve assegurar momentos sistemáticos de contato com a literatura infantil, reconhecendo a narrativa como direito cultural e instrumento de humanização. Investir na formação de educadores-leitores e na ampliação do acervo literário nas instituições de ensino é investir na qualidade da educação e no futuro das crianças.

Referências

ABRAMOVICH, Fanny. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1997.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

CADEMARTORI, Ligia. *Literatura infantil: teoria, análise e didática*. São Paulo: Ática, 1994.

KHALIL, Rejane. *Educação Infantil: afetividade, brincadeira e aprendizagem*. Curitiba: Appris, 2018.

VYGOTSKY, Lev S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 2003.

SAÚDE

- Sedentarismo e a importância da atividade física (Aparecida da Silva)

Sedentarismo e a importância da atividade física

Aparecida da Silva

DOI: 10.5281/zenodo.15426063

RESUMO

O sedentarismo é considerado um dos principais fatores de risco para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como diabetes tipo 2, hipertensão arterial e obesidade. A crescente urbanização e a adoção de hábitos de vida inativos contribuem significativamente para a redução da qualidade de vida da população. A prática regular de atividade física, por sua vez, é apontada por diversos estudos como essencial para a promoção da saúde física e mental, além da prevenção de enfermidades. Este artigo tem como objetivo discutir os impactos do sedentarismo na saúde pública e destacar a importância da atividade física como ferramenta preventiva e terapêutica. Através de revisão bibliográfica, fundamentada em autores como Caspersen et al. (1985), Matsudo et al. (2001) e Nahas (2006), o estudo reforça a urgência de políticas públicas e intervenções educativas que estimulem a adoção de estilos de vida ativos.

Palavras-chave: Sedentarismo. Atividade física. Saúde pública. Qualidade de vida. Prevenção.

Introdução

O estilo de vida contemporâneo tem promovido uma série de transformações comportamentais que impactam diretamente a saúde da população. A crescente automatização das atividades cotidianas, associada ao uso excessivo de tecnologias e à redução de atividades físicas espontâneas, tem contribuído para o aumento significativo do sedentarismo em diversas faixas etárias. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), mais de 25% da população mundial adulta não atinge os níveis recomendados de atividade física, o que agrava os riscos de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs).

O sedentarismo caracteriza-se pela ausência ou insuficiência de movimentos corporais que promovam gasto energético significativo. Caspersen et al. (1985) definem atividade física como qualquer movimento corporal produzido pelos músculos esqueléticos que resulta em gasto energético, sendo esta uma das principais estratégias de promoção da saúde e prevenção de doenças. Em contrapartida, o comportamento sedentário está associado ao aumento de comorbidades, à diminuição da capacidade funcional e ao comprometimento da qualidade de vida.

Estudos como os de Matsudo et al. (2001) e Nahas (2006) apontam que a atividade física regular não apenas previne doenças cardiovasculares, obesidade e diabetes, como também contribui para o bem-estar psicológico, a melhora da autoestima e a socialização. Além disso, evidencia-se a importância de políticas públicas que incentivem a prática de atividades físicas nas escolas, ambientes de trabalho e comunidades, como forma de combater o sedentarismo de maneira ampla e sustentável.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo discutir os impactos do sedentarismo na saúde humana e enfatizar a relevância da prática de atividade física regular como fator fundamental para a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida. Para tanto, será realizada uma análise teórica com base em literatura especializada, com o intuito de contribuir para reflexões e práticas mais eficazes no enfrentamento desse problema de saúde pública.

Desenvolvimento

O sedentarismo é reconhecido como um dos principais fatores de risco modificáveis para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs), como doenças cardiovasculares, obesidade, diabetes tipo 2 e certos tipos de câncer. A inatividade física compromete não apenas o funcionamento do organismo, mas também o bem-estar mental e emocional dos indivíduos. No Brasil, essa realidade assume proporções alarmantes, conforme apontado pela Pesquisa Nacional de Saúde (IBGE, 2020), que revelou que

aproximadamente 40,3% dos adultos não praticam atividades físicas suficientes para atender às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Victor Matsudo et al. (2001), ao estudar o panorama do sedentarismo no Brasil, introduziram o conceito de “doença do século”, ao considerar os impactos negativos da inatividade física sobre a população. A criação do programa **Agita São Paulo** serviu como modelo para campanhas públicas voltadas à promoção da atividade física, envolvendo escolas, empresas e comunidades. Esse tipo de iniciativa evidencia a importância das intervenções intersetoriais e contínuas para transformar hábitos culturais e estimular estilos de vida mais ativos.

Segundo Nahas (2006), a promoção da atividade física deve ser pensada de maneira integrada, considerando aspectos sociais, culturais, econômicos e ambientais. A prática de exercícios não deve se restringir a academias ou clubes privados, mas ser incorporada ao cotidiano das pessoas, como caminhar, pedalar, dançar ou praticar esportes recreativos. Isso demanda também o investimento em infraestrutura urbana adequada, com ciclovias, praças, parques, academias ao ar livre e calçadas acessíveis.

Além dos efeitos sobre a saúde física, a atividade física regular tem um papel fundamental na prevenção de doenças mentais, como depressão e ansiedade. De acordo com Barreto de Lima (2013), os exercícios físicos promovem a liberação de neurotransmissores como a endorfina, dopamina e serotonina, que contribuem para a regulação do humor e a sensação de bem-estar. Esses benefícios são particularmente importantes em um cenário marcado pelo estresse, pelo uso excessivo de telas e pelo isolamento social.

Pitanga (2008) acrescenta que os níveis de aptidão física estão diretamente associados à longevidade e à independência funcional em idosos. A prática regular de exercícios em idade avançada reduz o risco de quedas, melhora o equilíbrio, fortalece a musculatura e favorece a cognição. Nesse contexto, programas específicos para a terceira idade são fundamentais para garantir uma velhice mais ativa, autônoma e saudável.

Outro fator que merece destaque é a atuação da escola como agente formador de hábitos saudáveis. De acordo com Nahas (2010), o ambiente escolar deve ser um espaço de valorização do movimento, por meio de aulas de educação física significativas e projetos interdisciplinares que incentivem práticas esportivas, recreativas e de conscientização corporal. O estímulo precoce à atividade física favorece o desenvolvimento motor e cognitivo das crianças e adolescentes, além de contribuir para a construção de uma cultura de saúde.

Apesar dos avanços em campanhas e políticas públicas, ainda há muitos desafios. A desigualdade social e o acesso limitado a espaços seguros para a prática de exercícios são obstáculos que afetam principalmente as populações de baixa renda. É fundamental que o Estado invista em estratégias comunitárias, formação de profissionais capacitados e parcerias com o setor privado, ampliando o alcance e a efetividade das ações.

Por fim, a abordagem do sedentarismo como questão de saúde pública deve considerar a educação para a saúde como elemento-chave. A conscientização sobre os riscos da inatividade e os benefícios da atividade física precisa ser reforçada por meio de campanhas permanentes, ações educativas nas escolas e políticas de incentivo ao esporte, ao lazer e à mobilidade ativa, como o uso da bicicleta e a caminhada.

Conclusão

O sedentarismo configura-se como um dos grandes desafios à saúde pública contemporânea, agravado pelas transformações sociais, econômicas e tecnológicas que reduziram drasticamente a mobilidade cotidiana da população. A inatividade física está intimamente ligada ao aumento da incidência de doenças crônicas não transmissíveis, comprometendo não apenas a saúde física, mas também o bem-estar emocional e a qualidade de vida.

Diante desse panorama, torna-se evidente que a atividade física deve ser compreendida como uma necessidade básica e acessível a todos, e não como um privilégio ou obrigação esporádica. A prática regular de exercícios, além de contribuir para a prevenção de enfermidades, favorece o equilíbrio mental, o convívio social, a autonomia funcional e o envelhecimento saudável.

Autores como Matsudo, Nahas, Pitanga e Barreto de Lima reforçam, com base em evidências científicas, que o combate ao sedentarismo exige uma ação integrada entre poder público, instituições educacionais, setor privado e sociedade civil. É preciso investir em políticas públicas que promovam ambientes favoráveis à atividade física, desde a infância até a terceira idade, com ações que contemplem infraestrutura, educação, incentivo fiscal e campanhas de conscientização permanentes.

Portanto, a superação do sedentarismo requer não apenas a mudança de comportamentos individuais, mas também a construção de uma cultura coletiva que valorize o corpo em movimento, o lazer ativo e a saúde como direito de todos. É nesse contexto que a atividade física se apresenta como uma ferramenta poderosa para transformar vidas e comunidades de forma sustentável e inclusiva.

Referências

BARRETO DE LIMA, A. M. *Atividade física e saúde mental: uma abordagem neuropsicológica*. Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde, v. 18, n. 1, p. 89-96, 2013.

CASPERSEN, C. J.; POWELL, K. E.; CHRISTENSON, G. M. Physical activity, exercise, and physical fitness: definitions and distinctions for health-related research. *Public Health Reports*, v. 100, n. 2, p. 126–131, 1985.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional de Saúde 2019: percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

MATSUDO, V. K. R. et al. *Sedentarismo: fatores e consequências*. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 9, n. 3, p. 41-47, 2001.

NAHAS, M. V. *Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo*. 3. ed. Londrina: Midiograf, 2006.

NAHAS, M. V. et al. *Promoção da saúde na escola: tendências internacionais e experiências brasileiras*. Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde, v. 15, n. 2, p. 119-124, 2010.

PITANGA, F. J. G. *Epidemiologia, atividade física e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Diretrizes sobre atividade física e comportamento sedentário*. Genebra: OMS, 2020.

